

**SHALINE ZEIDA OHI YAMAGUCHI**

**A REMIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE PELO ESTUDO**

**Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito no Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Luiz Chemim Guimarães**

**Co-orientadora: Lúcia Belone**

**CURITIBA**

**2003**

## TERMO DE APROVAÇÃO

SHALINE ZEIDA OHI YAMAGUCHI

### A REMIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE PELO ESTUDO

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito no Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof.º Luiz Chemim Guimarães



Prof.º Antônio Acir Breda



Prof.º Marcelo Graciano

Suplente

Curitiba, 08 de outubro de 2003

*À minha família e a todos os que me  
incentivam na realização de meus  
objetivos...*

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>iv</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>01</b>
<b>2. O INSTITUTO DA REMIÇÃO DA PENA .....</b>	<b>03</b>
2.1. BREVE HISTÓRICO, CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, CABIMENTO, CONCESSÃO E REVOGAÇÃO .....	03
2.2. DIVERGÊNCIAS QUANTO À POSSIBILIDADE DA REMIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE PELO ESTUDO .....	07
<b>3. HERMENÊUTICA JURÍDICA .....</b>	<b>09</b>
3.1. A CLASSIFICAÇÃO DAS FORMAS DE INTERPRETAÇÃO DO DIREITO .....	09
3.2. A ESSENCIALIDADE DA HERMENÊUTICA JURÍDICA .....	13
3.3. A POSSIBILIDADE DA REMIÇÃO DA PENA PELO ESTUDO EM FACE DA HERMENÊUTICA JURÍDICA .....	20
<b>4. TENTATIVAS DE AVANÇOS LEGISLATIVOS E POLÍTICA CRIMINAL .....</b>	<b>25</b>
4.1. OS PROJETOS DE LEI ACERCA DA QUESTÃO .....	25
4.2. MODERNA VISÃO DO DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL .....	27
4.3. POLÍTICA CRIMINAL: OS PROBLEMAS PENITENCIÁRIOS NÃO PODEM SER ÓBICE À REMIÇÃO DA PENA .....	31
<b>5. A RELEVÂNCIA DA REMIÇÃO DA PENA PELO ESTUDO .....</b>	<b>35</b>
5.1. A REMIÇÃO DA PENA: UM REFORÇO À ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL, DIREITO DO PRESO E DEVER DO ESTADO .....	35
5.2. SOLUÇÃO PARA A QUESTÃO .....	39
<b>6. CONCLUSÃO .....</b>	<b>45</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>48</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>51</b>

## **RESUMO**

A lei n. 7.210/90 que instituiu a Lei de Execução Penal inovou ao prever a remição da pena, cujo objetivo consiste em dar direito ao condenado em reduzir, pelo trabalho prisional, o tempo de duração da pena privativa de liberdade cumprida em regime semi-aberto ou fechado. Esse instituto é essencial porque denota a tendência da atual política criminal nacional, pois estimula o preso a se dedicar nas atividades desempenhadas e a buscar formas de se recuperar para o momento do retorno ao seio social. A elaboração do presente trabalho resultou da análise das divergências entre os juristas quanto à possibilidade ou não da remição da pena pelo estudo. Para o exame da questão, foram observados os objetivos estabelecidos na Lei de Execução Penal, os direitos fundamentais previstos na Constituição da República bem como a função da hermenêutica jurídica; para, por fim, concluir-se, segura e coerentemente, pela possibilidade da remição penal através da atividade intelectual desenvolvida nos estabelecimentos penitenciários.

## 1. INTRODUÇÃO

O sistema de execução penal brasileiro e especialmente o de medidas privativas de liberdade vêm se mostrando afastados dos princípios e regras de individualização, personalidade, proporcionalidade da pena entre outros. Além disso, não apresenta estrutura propícia a manter os presos sob custódia sem violação de seus direitos, conseqüentemente, deixa de promover a aptidão do condenado a uma convivência social na vida egressa, pois os valores e interesses que vigoram quando da prisionização são opostos àqueles cuja ofensa determinou a condenação.

Nesse quadro de crescente banalização dos direitos dos presos é que foi instituída a remição da pena pela Lei de Execução Penal, a qual adota políticas criminais humanistas fundadas na idéia de que a sociedade é defendida à medida que se proporciona a readaptação à convivência em sociedade.

Nesse sentido é indubitável que a remição se vincula com os postulados do "paradigma da recuperação", como peça-chave deste, numa perspectiva de sua coerência e racionalidade. Dentro desta lógica, o instituto permite que o vínculo entre trabalho e pena privativa de liberdade - existente desde os momentos de gênese da prisão como modalidade punitiva basilar dos sistemas penais modernos - se apresente redimensionado, exaltando por um lado as "propriedades terapêuticas" do trabalho na "cura social" (tratamento) do apenado e, por outro, a expectativa do sistema socioeconômico em receber, após o período da punição, um indivíduo moldado (ou renovado) em sua capacidade e potencial de disciplina para se inserir no sistema de produção e mercado de trabalho<sup>1</sup>.

Nesse contexto e tendo em vista o artigo 126 da Lei de Execução Penal, resta evidente a seguinte questão: é cabível a redução de parte do tempo de cumprimento da pena considerando-se a atividade educativa?

Na moderna concepção penitenciária, o trabalho tem uma finalidade reabilitadora, assinalando-se-lhe sentido pedagógico, além de, exemplificativamente, evitar o ócio, preparar para uma profissão, conservar o equilíbrio orgânico e psíquico, contribuir para a formação da personalidade do indivíduo. Conjugado com o instituto da remição da pena, é possível que o trabalho (manual e/ou intelectual) atinja os objetivos

---

<sup>1</sup> CHIES, L. A. B. *Remição pelo trabalho externo: a questão da prova num sistema de garantias e a resistência no mundo do trabalho precário*. In: REVISTA DE ESTUDOS CRIMINAIS 7, 2002. p. 68.

a que se propõe a execução da pena privativa de liberdade porque desperta o interesse do encarcerado em se auto-ajudar.

Sob a ótica da atual política criminal, é perfeitamente possível que o instituto da remição da pena privativa de liberdade seja concedido àqueles que desenvolvem atividades que desperte o senso do real e do concreto, propiciando sua reinserção na sociedade e sua conseqüente estabilização, como é o caso do estudo.

Tal questão será abordada no contexto da Lei de Execução Penal e em face da Constituição da República, com ênfase na hermenêutica jurídica para que seja atingido o máximo grau de justiça em nosso ordenamento jurídico. Destacar-se-á o importante papel que assume o magistrado para a evolução do Direito como um todo.

Além disso, tem como enfoque o direito ao estudo garantido a todos os cidadãos, ressaltando que esse direito não é suprimido quando da condenação à pena privativa de liberdade. O trabalho intelectual que estimula o sentenciado a refletir sobre sua conduta pessoal e social, portanto, é elemento essencial na execução penal, tendo sido privilegiado pela inovação em que se constitui a remição da pena.

Entretanto, o objetivo de alcançar a ressocialização não deve ser uma imposição à concepção de vida e estilo de comportamento do preso, visto que isso afetaria sua liberdade intelectual. Assim, é que se exigiu a escolha de novos caminhos para a execução das penas, de modo a ter maior eficácia, pois ninguém nega a necessidade da humanização da pena de prisão através de uma política de educação e de assistência ao preso que lhe garanta a dignidade humana, princípio regente no Estado Democrático de Direito.

O instituto da remição da pena pelo estudo deve ser compreendido dentro de uma análise global do Direito. Por esta razão, o trabalho foi dividido em capítulos que abordam, seqüencialmente, o instituto da remição da pena, a essencial questão da hermenêutica jurídica, a adoção de uma nova visão do direito de execução penal e, finalmente, a relevância da remição da pena pelo estudo.

## 2. O INSTITUTO DA REMIÇÃO DA PENA

### 2.1 Breve histórico, conceito, características, cabimento, concessão e revogação

O objeto da Lei de Execução Penal, de acordo com o disposto em sua Exposição de Motivos, é "a correta efetivação dos mandamentos existentes nas sentenças ou outras decisões, destinados a reprimir e a prevenir os delitos, e a oferta de meios pelos quais os apenados e os submetidos às medidas de segurança venham a ter participação construtiva na comunhão social"<sup>2</sup> (grifo nosso), desse modo é que disciplina, nos artigos 126 *usque* 130<sup>3</sup>, o instituto da remição da pena.

A doutrina afirma que objetivo da Lei de Execução Penal é viabilizar a capacitação do interno para a futura vida em liberdade, o que se faz através do trabalho lícito, do estudo e da formação profissional. Para este fim, uma das inovações trazidas pela Lei de Execução Penal é o instituto da remição da pena a qual converte-se em fator de incentivo à qualificação do preso e em um instrumento facilitador da reinserção social dos sentenciados.

A remição da pena é consagrada pelo Código Penal Espanhol e tem origem no Direito Penal Militar da guerra civil e foi estabelecido por Decreto de 1937 para os prisioneiros de guerra e os condenados por crimes especiais; em 1938, foi criado um Patronato Central para tratar da *redención de penas por el trabajo* e a partir de 1939, o

---

<sup>2</sup> ABI-ACKEL, I. Exposição de motivos da lei de execução penal. In: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS. *Código penal, código de processo penal, constituição federal*/ organizador Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003, p. 510.

<sup>3</sup> "Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena. § 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho. § 2º O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição. § 3º A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvido o Ministério Público.

Art. 127. O condenado que for punido por falta grave perderá o direito ao tempo remido, começando o novo período a partir da data da infração disciplinar.

Art. 128. O tempo remido será computado para a concessão de livramento condicional e indulto.

Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao Juízo da Execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando e dos dias de trabalho de cada um deles. Parágrafo único. Ao condenado dar-se-á relação de seus dias remidos.

Art. 130. Constitui crime do art. 299 do Código Penal declarar ou atestar falsamente prestação de serviço para fim de instruir pedido de remição."



benefício foi estendido aos crimes comuns e, posteriormente, foi incorporado ao Código Penal hispânico, em seu artigo 100, com ampliações ao funcionamento.

No Brasil, esse instituto é uma nova proposta ao sistema penitenciário e se constitui em medida de estímulo que tem por finalidade essencial promover a boa conduta, o respeito à disciplina e acelerar a readaptação social. É uma forma de recompensar e premiar aqueles que procedem corretamente e desenvolvem esforços para obterem sua readaptação frente às punições por comportamentos indisciplinados e abusivos previstos em lei.

MIRABETE define a remição como "um direito do condenado em reduzir pelo trabalho prisional o tempo de duração da pena privativa de liberdade cumprida em regime fechado ou semi-aberto"<sup>4</sup>.

Assim, é direito do preso abreviar parte do tempo da condenação, pela assiduidade e aplicação ao trabalho, pois estar-se-á demonstrando senso de responsabilidade com relação às regras organizadoras da vida coletiva na prisão. Essa redução será na proporção de três dias de trabalho por um dia de pena. Verifica-se, portanto, que a remição não tem por finalidade principal a mera redução do tempo de cumprimento da pena, visto que outros institutos existentes no direito penal pátrio já têm esse escopo, como a comutação da pena.

Ressalte-se que, para a concessão da remição penal, o preso tanto pode estar cumprindo a pena em regime fechado ou semi-aberto, não contemplados os apenados em livramento condicional, em regime aberto, prisão-albergue domiciliar, prisão provisória (esta última discutível na doutrina) e sujeitos a prestação de serviços à comunidade (pois o próprio trabalho integra a sanção penal, assim, a remição não poderá ser aplicada). O condenado a que sobrevém doença mental no curso da execução será internado no Hospital de Custódia e Tratamento; o período em que ali permanecer, ainda que exerça trabalho, não será computado para efeito de remição porque o condenado não estará cumprindo as regras do regime fechado ou semi-aberto, não está obrigado a trabalhar e eventual realização de tarefas tem finalidade meramente terapêutica, diversa da finalidade da remição.

Além disso, deverá comprovar a frequência bem como o bom índice de aproveitamento - resultados tangíveis, e dedicação através do sistema de ponto laborativo (forma ideal) ou mapas demonstrativos dos dias trabalhados, com a respectiva carga horária e a modalidade de trabalho<sup>5</sup>.

A autoridade administrativa tem o dever de encaminhar mensalmente ao Juízo da Execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando e dos dias de trabalho de cada um deles. Aquele que declarar ou atestar falsamente prestação de serviço para fim de instruir pedido de remição incorrerá no crime do artigo 299 do Código Penal:

Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou *nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigações ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante*: Pena-reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento do registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte<sup>6</sup>.

Para evitar distorções que comprometam a eficiência e o crédito deste novo instituto, a remição será declarada pelo Juiz de Execução, após ouvido o Ministério Público (fiscal da lei). Na mesma forma se dará o procedimento para a revogação do benefício.

Segundo o disposto no parágrafo segundo do artigo 126, o preso impossibilitado de prosseguir no trabalho por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição. Importante salientar que o trabalho do interno não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho visto que tem caráter público, definido em lei. Ainda, confere ao sentenciado o direito a uma remuneração mínima, fixada em pelo menos três quartos do salário mínimo vigente; garante ao preso o gozo de benefícios previdenciários; e, jornada de trabalho fixada entre o mínimo de seis horas e máximo de oito horas, com descanso aos domingos e feriados.

---

<sup>4</sup> MIRABETE, J. F. *Execução penal: comentários à lei nº 7.210/84*. São Paulo: Editora Atlas, 2000. p. 425.

<sup>5</sup> O pedido de remição da pena pelo estudo deve estar instruído com cópia das fichas de avaliação e de frequência bem como o comportamento do interno (vide anexos 2 e 3).

<sup>6</sup> ABI-ACKEL, op. cit., p. 354.

Dispõe a Lei de Execução Penal que o condenado que for punido por falta grave perderá o direito ao tempo remido, começando o novo período a partir da data da infração disciplinar. Também, o tempo remido será computado para a concessão de livramento condicional e indulto.

O artigo 28 da Lei de Execução Penal dispõe que o trabalho do interno é dever social e condição de dignidade humana, cuja finalidade é educativa e produtiva. Nesse sentido, é correta a idéia de que:

O trabalho é essencial para o prisioneiro, não apenas para preencher seus dias e não deixar que o ócio se transforme em fonte de vícios e inquietações sem fim, mas também para proporcionar-lhe meios adequados para enfrentar a vida pós-libertação. Por isso deverá ser-lhe concedida oportunidade, tanto de aprender profissões e atividades, como de aperfeiçoar sua técnica e seus conhecimentos<sup>7</sup>.

Esse extraordinário estímulo através da remição é meio de evitar a ociosidade que reina nos estabelecimentos penitenciários, promovendo a ressocialização do apenado. Não é um mal da pena ou um meio para produção de mercadorias a baixo custo. Com a criação da remição penal, o trabalho ganhou nova dimensão e significado, para além de um prolongamento aflitivo da pena, isto é, a finalidade primeira do instituto constitui-se em direcionar o sentenciado para o trabalho como forma de recuperá-lo.

O trabalho do preso pode ser tanto interno (obrigatório, exceto para presos provisórios ou condenado por crime político - artigo 200 da Lei de Execução Penal) como externo (facultativo) envolvendo qualquer tipo, seja intelectual ou manual, artesanal, agrícola ou industrial entre outros. Não havendo condições propícias ao trabalho na unidade prisional, não haverá a redução do tempo de execução da pena pelo trabalho.

É possível observar, portanto, que a remição não se resume a mera operação aritmética dos dias remidos, porque envolve todo o regime penitenciário. Há, segundo ALBERGARIA, elementos objetivo e subjetivo a serem considerados:

O elemento objetivo consiste na redução dos dias redimidos [sic], e o elemento subjetivo na participação ativa do delinqüente em sua efetiva readaptação social.

---

<sup>7</sup> ROSA, A. J. M. F. *Execução penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995. p. 306.

O elemento determinante da remissão [sic] é a participação das atividades em que se desenvolve o tratamento reeducativo, principalmente as atividades do trabalho e da educação<sup>8</sup>.

Esse mesmo autor, entretanto, contradiz-se quando afirma que "não se consideram como dias trabalhados os de freqüência à escola, exceto se o interno lecionar em cursos como o Supletivo, ou similar, e, nesse caso, desempenhar o trabalho de professor. O trabalho de professor difere da freqüência do aluno às aulas"<sup>9</sup>, pois a atividade de lecionar, em si mesma, é uma forma de trabalho que envolve o âmbito manual e intelectual; e, a freqüência às aulas é um modo de tratamento reeducativo.

A remição da pena tem como objetivo principal a "reeducação do preso para sua reinserção, como ser livre numa comunidade livre. É a preparação do preso para sua reinserção social, como contribuição à sociedade, mediante seu trabalho ou profissão e sua auto-realização e promoção do bem comum. A reeducação, como a educação, é instrumento de proteção da sociedade e promoção do homem"<sup>10</sup>.

## **2.2 Divergências quanto à possibilidade da remição da pena privativa de liberdade pelo estudo**

Quanto ao instituto da remição da pena surge a questão da possibilidade ou não de remir a pena pelo estudo, ou seja, pela atividade educacional desenvolvida nos estabelecimentos prisionais durante a execução das penas privativas de liberdade, em regime semi-aberto e fechado.

Há, no atual quadro doutrinário e jurisprudencial brasileiro, posicionamentos prós e contras o direito de obter a concessão do benefício em consequência do estudo.

Aqueles que não são favoráveis à concessão da remição da pena pelo estudo afirmam, em síntese, que não há previsão legal, já que a Lei de Execução Penal prevê apenas a remição pela atividade laboral; alegam, ainda, que as portarias emitidas pelas

---

<sup>8</sup> ALBERGARIA, J. *Manual de direito penitenciário*. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1993. p. 170.

<sup>9</sup> Ibid., p. 172.

<sup>10</sup> ALBERGARIA, *Das penas e da execução penal*. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 1992. p.

Varas de Execuções Penais são inconstitucionais porque acrescentam o estudo como forma de remição. Especialmente alguns membros do Ministério Público de primeiro grau não admitem a remição da pena pelo estudo; entretanto, deve o Ministério Público atuar de acordo com o interesse social, resguardando os direitos de toda a coletividade, o que implica na luta a favor do estudo como meio adequado à remição da pena.

Nessa perspectiva, o *parquet* deve se apresentar

como um instrumento da cidadania nas normas que definem a Instituição a que pertence como permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e como tendo a missão de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. Também mediamente, essa configuração de instrumento da cidadania aparece nas normas que definem os diversos ramos do Ministério Público e as garantias que lhe são outorgadas, novamente em favor da sociedade como um todo<sup>11</sup>.

Além disso, é expresso na Constituição da República que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

O atual posicionamento adotado por alguns representantes do Ministério Público, no que se refere à remição da pena pelo estudo, é combatido com fortes argumentos por aqueles que são favoráveis ao instituto.

A primeira solução dos que aceitam a remição da pena pelo estudo, seria a aplicação da analogia *in bonam partem* e dos princípios gerais do direito, sob o argumento de que há lacuna na lei. Entretanto, não é esse o remédio mais adequado para solucionar a questão. Essa controvérsia deve ser enfrentada com muita cautela, principalmente por se relacionar à educação que é um direito fundamental do cidadão.

---

<sup>11</sup> RAMOS, J. G. G. *A inconstitucionalidade do "Direito Penal do Terror"*. Curitiba: Juruá, 1991. p. 30.

### 3. HERMENÊUTICA JURÍDICA

#### 3.1 A classificação das formas de interpretação do Direito

É sabido que a interpretação possui a sua técnica, os meios para chegar aos fins colimados. São vários os processos de interpretação classificados pelos doutrinadores que podem ser quanto ao sujeito, quanto aos meios e quanto aos resultados.

Quanto ao sujeito ou conforme o órgão de que procede:

- a) autêntica: quando operada pelo próprio aparato normativo; origina-se em uma fonte jurídica, o que lhe dá força coativa e faz com que os sujeitos não manipulem a norma. Tal interpretação emana do próprio poder que fez o ato cujo sentido e alcance ela declara<sup>12</sup>. Assim, só uma Assembléia Constituinte fornece a exegese obrigatória do estatuto supremo, por exemplo;
- b) doutrinária: os doutores do direito (jurisconsultos), em seus escritos e opinamentos, detalhando o texto da norma em conjugação com os conceitos que inspiraram a edição desta; é a forma mais abrangente visto que resulta das pesquisas dos eruditos;
- c) jurisprudencial: quando expedida por órgão judicante, independentemente de nível, assim sendo entendida tanto a manifestação de um Juízo monocrático como o *decisum* de um Tribunal de forma constante e uniforme<sup>13</sup>.

Quanto aos meios ou elementos de que se serve:

- a) gramatical: expressa o que exatamente está contido nas palavras da lei, também denominada interpretação literal;
- b) lógica: é informada por quatro elementos. O sistemático, pois os artigos da lei não devem ser analisados e aplicados isoladamente, mas dentro do sistema e de acordo com a máxima de que "não se interpreta o direito em tiras". O elemento teleológico que leva em conta o escopo da lei. O elemento histórico, através do qual o

---

<sup>12</sup> MAXIMILIANO, C. *Hermenêutica e aplicação do direito*. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1999. p. 87.

<sup>13</sup> MAXIMILIANO, op. cit, p. 184.

intérprete busca no passado o motivo pelo qual a norma foi criada para tentar compreendê-la. Leva-se em conta, ainda, o direito comparado, ou seja, a experiência em outros países.

Quanto ao resultado:

- a) declarativa: ocorre quando a regra jurídica surge cristalizada em uma forma obscura, ambígua e equívoca e o exegeta deve fazer coincidir o pensar do legislador e a letra da lei;
- b) extensiva: recorre-se a ela quando a fórmula positiva é demasiada estreita, com expressões inexatas ou inadequadas a traduzir em sua plenitude o sentido desejado, de modo que o intérprete, no momento de retirar da regra um dos sentidos, ele o estende ao máximo;
- c) restritiva: ocorre quando a fórmula é ampla em excesso, existem leis excepcionais e também aquelas que visam a restringir ou suprimir direitos.

Relevante é o fato de que alguns autores ressaltam que a interpretação extensiva não se confunde com a analogia, sendo esta uma forma de integração. A analogia pressupõe uma lacuna, situação em que o direito não possui regra para o caso (para que não se caracterize a interpretação extensiva), aplicando-se a essa hipótese a disposição relativa a um caso essencialmente semelhante. Assim, ocorreria a auto-integração quando dentro do mesmo estatuto normativo é encontrada a solução; e, a hetero-integração quando em estatuto normativo diferente<sup>14</sup>.

Conseqüentemente, a interpretação analógica não corresponde à analogia, visto que a interpretação analógica é um tipo de interpretação extensiva, a própria regra permite tal interpretação.

Cumprido, portanto, tecer-se breves críticas aos processos de interpretação já sumariamente descritos.

A interpretação autêntica não deve ser amplamente utilizada, pois, se assim fosse, o juiz seria mero escravo da lei, sendo até desnecessária sua função. Vem sendo desprestigiada crescentemente porque compõe-se mais de políticos do que de

---

<sup>14</sup> REALE, M. *Lições preliminares de direito*. 20. ed., São Paulo: Saraiva, 1993. p. 293.

jurisconsultos as Câmaras de senadores e deputados, não sendo observadas as regras de Hermenêutica. Ainda,

Não há propriamente interpretação autêntica; se o Poder Legislativo declara o sentido e alcance de um texto, o seu ato, embora reprodutivo e explicativo de outro anterior, é uma verdadeira norma jurídica, e só por isso tem força obrigatória, ainda que ofereça exegese incorreta, em desacordo com os preceitos basilares da Hermenêutica<sup>15</sup>.

Infelizmente, por ser um assunto bastante recente, a doutrina não se manifestou suficientemente acerca do tema e não há como dizer qual o posicionamento majoritário, mas é importante por ser ato livre do intelecto humano. O grande expoente, pode-se dizer, é Paulo José da COSTA JR. que defende a introdução, em nosso ordenamento jurídico, da remição cultural, a qual facilita o alcance da consciência da ilicitude e o reforço dos freios inibitórios. Luiz Vicente CERNICCHIARO sugeriu o estabelecimento da remição da pena pelo estudo, qualificação profissional e atividades artístico-culturais, mas não envolveu detalhes sobre a aplicação do instituto. Maurício KUEHNE propôs que seria satisfatória a proporção de um dia de pena por 12 horas de estudo.

Já a jurisprudência tem sido relevante, no sentido de admitir a remição da pena pelo estudo, especialmente no Rio Grande do Sul. Ressalta-se que a jurisprudência é a fonte mais geral e extensa de exegese, indicando soluções adequadas às necessidades sociais, evitando que uma questão doutrinária fique eternamente aberta e dê margem a novas demandas, reduzindo ao mínimo os inconvenientes da incerteza do Direito. Isso é o que demonstram as seguintes decisões:

"RECURSO DE AGRAVO - REMIÇÃO DA PENA PELO ESTUDO - INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA - POSSIBILIDADE - DECISÃO MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO. ATENTANDO-SE AO FIM PRETENDIDO PELA NORMA PENAL, CONSIDERANDO QUE O ESTUDO POSSUI O MESMO CARÁTER RESSOCIALIZADOR QUE O TRABALHO, É DE SE CONCEDER A REMIÇÃO DA PENA. RECURSO NÃO PROVIDO"<sup>16</sup>

"ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA SEGUNDA CAMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO PARANA, A UNANIMIDADE DE VOTOS, EM NEGAR

---

<sup>15</sup> MAXIMILIANO, op. cit, p. 91.

<sup>16</sup> PARANÁ. Tribunal de Alçada. Remição da pena pelo estudo. Agravo em execução n. 227590. 7. Câmara Criminal. Relator: Jorge Wagih Massad. 14 ago. 2003. Disponível em: [www.ta.pr.gov.br](http://www.ta.pr.gov.br)  
Acesso em 05/08/2003



PROVIMENTO AO AGRAVO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR-RELATOR. EMENTA: AGRAVO EM EXECUCAO REMICAO PELO ESTUDO POSSIBILIDADE RECURSO NAO PROVIDO. PERFEITAMENTE ADMISSIVEL A REMICAO DA PENA TAMBEM PELO ESTUDO DO APENADO, NUMA INTERPRETACAO EXTENSIVA E ANALOGICA DO ART. 126 DA LEI DE EXECUCAO PENAL. "17

Recentemente, mais especificamente no dia 25 de agosto de 2003, o Superior Tribunal de Justiça divulgou sua primeira manifestação sobre a remição da pena pelo estudo. Isso porque o Ministério Público do Rio Grande do Sul interpôs Recurso Especial em face do acórdão proferido pela Primeira Câmara do Tribunal de Justiça do mesmo Estado, que negou provimento ao Agravo em Execução da decisão de primeiro grau que deferiu o pedido de remição da pena pelo estudo<sup>18</sup>. Essa decisão representa o verdadeiro caminho que deve trilhar o Direito no Brasil, especialmente no que tange à execução penal.

"CRIMINAL. RESP. REMIÇÃO. FREQUÊNCIA EM AULAS DE ALFABETIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 126 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. RECURSO DESPROVIDO.

I. A Lei de Execuções Penais previu a remição como maneira de abreviar, pelo trabalho, parte do tempo da condenação.

II. A interpretação extensiva ou analógica do vocábulo "trabalho", para abarcar também o estudo, longe de afrontar o caput do art. 126 da Lei de Execução Penal, lhe deu, antes, correta aplicação, considerando-se a necessidade de se ampliar, no presente caso, o sentido ou alcance da lei, uma vez que a atividade estudantil, tanto ou mais que a própria atividade laborativa, se adéqua perfeitamente à finalidade do instituto.

III. Sendo um dos objetivos da lei, ao instituir a remição, incentivar o bom comportamento do sentenciado e a sua readaptação ao convívio social, a interpretação extensiva se impõe in casu, se considerarmos que a educação formal é a mais eficaz forma de integração do indivíduo à sociedade.

IV. Recurso desprovido."19

Nas formas de interpretação quanto aos meios, a interpretação lógica é a mais apropriada pois visa o sistema como um todo, a finalidade do instituto da remição da pena, o contexto em que foi criada a lei e o direito comparado (deve-se tomar em

---

<sup>17</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça. Remição da pena pelo estudo. Agravo em execução n. 131263200. 2. Câmara Criminal. Relator: Carlos Hoffmann. 27 fev. 2003. Disponível em: <[www.tjpr.gov.br](http://www.tjpr.gov.br)> Acesso em: 20/03/2003

<sup>18</sup> Vide decisão na íntegra do Recurso Especial n. 445.942-RS no anexo 1.

<sup>19</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Remição da pena pelo estudo. Resp. 445942/RS. Ministério Público do Rio Grande do Sul e Jorge Antônio Rodrigues. Relator: Ministro Gilson Dipp. 10 de junho de 2003. Site STJ ([www.stj.gov.br](http://www.stj.gov.br)). 25/08/2003.

conta, por exemplo, o Código de Execução Penal da Polônia, de 1969, que prevê que as penas são executadas de forma humanitária em respeito à dignidade da pessoa). Já a interpretação meramente literal impede o progresso jurídico-social.

Quanto ao resultado, a interpretação mostra-se bastante relevante porque reside na interpretação extensiva a solução para a questão da remição da pena pelo estudo, pois no Direito Penal, "...admite-se a extensão quando as leis não são imperativas, nem proibitivas; mas indicativas, reguladoras, organizadoras..."<sup>20</sup>. A forma declarativa não seria apropriada porque são vários legisladores, cada qual com uma opinião própria, redigindo um parágrafo, ou até uma alínea de um mesmo artigo, o que inviabiliza ser fiel a essa forma de interpretação. Restringir a aplicação do artigo também não seria uma solução, pois a educação é um direito fundamental, previsto expressamente na Constituição Federal.

### **3.2 A essencialidade da hermenêutica jurídica**

O jurista encontra-se dominado por pré-juízos que são os instrumentos através dos quais terá necessariamente de falar do e sobre o Direito. É nesse momento que se identifica a real importância da hermenêutica, cuja tarefa primordial é revelar tais pré-juízos, é desconstruí-los para que, assim, tenha o sujeito condições de realmente compreender o fenômeno jurídico. Hermenêutica é, em suma, a ciência que estuda os processos ou métodos de interpretação de modo que sejam determinados os sentidos das expressões do direito, visto que não há apenas um sentido normativo.

O intérprete emprega sua carga ideológica na interpretação conduzindo à transformação social, uma vez que a norma não tem vontade (a norma "diz" o que cada intérprete diz que ela diz). Procede-se à subsunção da norma jurídica ao caso concreto, diferentemente do que aplicava a doutrina tradicional: extraía-se "o" sentido e "a" vontade da norma. Importante lembrar que a palavra não aprisiona o sentido e é nesse contexto que deve ser percebida a remição da pena pelo estudo: o vocábulo "trabalho" não deve ser compreendido em seu sentido estrito.

---

<sup>20</sup> MAXIMILIANO, op. cit., p. 323.

Como bem ensina Lênio STRECK, impõe-se que o jurista tenha condições de descobrir e eliminar os pré-juízos que dominam a sua mente e seu modo de ver e encarar a realidade, já que só assim tem ele condições de perceber, adequadamente, o mundo que o cerca e o novo paradigma criado pela Constituição. Afirma ainda que o despojamento destes pré-conceitos não é tarefa fácil, impondo séria e firme intenção do jurista. Para tanto, há que se abrir uma clareira no terreno da tradição; deve-se buscar um espaço livre, imune a obstáculos, onde se pode ver e entender com clareza o objeto de análise. A abertura de tais clareiras se dá por meio do processo de compreensão - processo de abrir espaços para ver e deixar ver.

É preciso fazer transparente a própria situação hermenêutica, com o intuito de impedir que os pré-juízos que influenciam o conhecimento jurídico exerçam sua despercebida dominação e ocultem novamente o que há de novo no texto.

A absoluta falta de função social do Direito e a própria crise da justiça tem como um de seus sintomas a falta de uma filtragem hermenêutica constitucional dos textos normativos infraconstitucionais bem como a maneira estandarizada, banalizada, reproduzida de se ver o Direito. A hermenêutica, desse modo, é responsável pela construção das condições, ou seja, dos caminhos para o "abrir da clareira", possibilitando levar o ser do ente Direito a se manifestar como fenômeno, superando o sentido comum teórico.

Para STRECK, é necessário superar o paradigma metafísico-objetificante, que trabalha no sentido de universalizar/generalizar conceitos, como que buscando essências, da qual são maiores exemplos as súmulas, os chamados "entendimentos jurisprudenciais dominantes", como se não houvesse mais qualquer singularidade. Dessa maneira, torna-se simplificada a tarefa do intérprete, pois acaba-se pré-normatizando o texto, como se a lei já trouxesse em si mesma o "seu" sentido, suprimindo-se a história e o tempo, como se estes não tivessem qualquer importância.

Entretanto, no que tange à interpretação, não se deve isolar métodos, imaginando que fosse possível a existência de uma interpretação apenas gramatical ou a utilização de um método interpretativo exclusivamente sistemático. Critica-se a autonomia dos métodos de interpretação, não só porque isoladamente são frágeis,

como também por sua tendência de objetificar o Direito, impedindo que se inquiria o sentido do fenômeno jurídico na sociedade. Portanto,

...toda interpretação sempre será **gramatical** (porque, à evidência, deve partir de um texto jurídico); será inexoravelmente **teleológica** (seria viável pensar em uma interpretação que não fosse voltada à finalidade da lei, com a conseqüente violação à firme determinação do art. 4º da Lei de Introdução ao Código Civil, que determina que o juiz, na aplicação da lei, atenderá aos fins sociais a que ela se destina e às exigências do bem comum?); será obrigatoriamente, **sistemática** (porque é impossível conceber que um texto normativo represente a si mesmo, sem se relacionar com o todo)...<sup>21</sup>.

Ainda, segundo Eros Roberto GRAU,

A interpretação - lembre-se - desenrola-se no âmbito de três distintos contextos: o lingüístico, o sistêmico e o funcional {Wróblewski 1985:38 e ss.}. No contexto lingüístico é discernida a semântica dos enunciados normativos. Mas o significado normativo de cada texto somente é detectável no momento em que se o toma como inserido no contexto do sistema, para após afirmar-se, plenamente, no contexto funcional<sup>22</sup>.

Apesar dos diferentes modos de interpretação adotados pelos juristas, importante é a idéia de que uma norma deve ser considerada em relação à posição que ocupa no todo do ordenamento jurídico e do modo como é dinamizada como instrumento de governo para implementar políticas públicas porque a letra permanece, apenas o sentido se adapta às mudanças que a evolução opera na vida social.

É importante

...uma nova abordagem dos princípios penais explicitados na Constituição e os que se pode obter a partir de sua interpretação sistemática deverá ser pautada por uma dimensão humana, seja do ponto de vista do condenado, seja do da vítima, seja do da sociedade como um todo, buscando, politicamente, o ponto de equilíbrio<sup>23</sup>.

Relevante lembrar que a nova Constituição fez com que o Direito deixe de ser concebido como um "sistema de normas", passando a ser visualizado como sistema de princípios. Houve uma mudança de paradigma, voltando-se as perspectivas para a

<sup>21</sup> STRECK, L. L. *Hermenêutica jurídica e(m) crise* - Uma exploração hermenêutica da construção do Direito. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000. p. 285.

<sup>22</sup> GRAU, E. R. *Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito*. São Paulo: Editora Malheiros. p. 113.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 51.

principiologia. Os princípios constituem a base do direito como fonte de criação, aplicação ou interpretação; são as linhas diretrizes ou fios condutores da vida em sociedade. Desse modo, não importa sejam explícitos ou implícitos, os princípios elencados no texto constitucional devem ser severamente respeitados.

Importante a lição de Eros Roberto GRAU, citando Wróblewski, quando afirma que há dois tipos principais de interpretação jurídica:

O primeiro toma como valores básicos a certeza, a estabilidade e a predizibilidade, que exigem possuam as normas jurídicas um significado imutável; cuida-se de valores estáticos. A esse tipo de ideologia Wróblewski dá o nome de ideologia estática de interpretação jurídica (...) o significado de qualquer norma jurídica é função da vontade do legislador (...) a interpretação não é senão um descobrimento, e não se admite que ela conduza à mudança ou transformação da norma (...). O segundo tipo principal de ideologia de interpretação jurídica considera a interpretação como atividade que adapta o direito às necessidades presentes e futuras da vida social, na acepção mais ampla dessa expressão. Podemos referi-la como ideologia dinâmica da interpretação jurídica. Tais suas marcas mais características: a vida social corresponde ao contexto funcional das normas jurídicas e leva em consideração o atual contexto sistêmico e lingüístico; (...)impõe-se que a interpretação do direito o adapte às necessidades da vida social, para torná-lo mais adequado a ela ...<sup>24</sup>.

É na ideologia dinâmica da interpretação que o Direito deve se pautar para que atinja os objetivos para os quais foi verdadeiramente instituído nas comunidades.

A Lei de Execução Penal, ao dispor sobre a remição da pena, não especificou a espécie de trabalho; portanto, há que se realizar a interpretação de tal dispositivo.

Segundo José Roberto dos Santos BEDAQUE,

Quanto mais o provimento jurisdicional se aproximar da vontade do direito substancial, mais perto se estará da verdadeira paz social (...) Se o objetivo da atividade jurisdicional é a manutenção da integridade do ordenamento jurídico, deve o magistrado desenvolver todos os esforços para alcançá-lo, pois somente se tal ocorrer, a jurisdição terá cumprido sua função social<sup>25</sup>.

Ensina Plauto Faraco de AZEVEDO que

Habitamo-nos, em consequência, a pensar o direito como o conjunto de normas prepostas a diferentes situações consideradas relevantes pela ordem jurídica. É, todavia, certo que essa concepção nem esgota as virtualidades de expressão da normatividade jurídica nem alcança o significado global do direito.

<sup>24</sup> Ibid., p. 104.

<sup>25</sup> BEDAQUE, J. R. S. *Poderes instrutórios do juiz*. 2. ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1994. p. 11-13.

Revela-se, ademais, sua insuficiência, por fazer convergir a atenção para a norma já elaborada e integrada ao sistema jurídico, descurando da múltipla gama de fatores, de variada ordem, tradutores das forças sociais, da luta de interesses e do confronto de valores que presidem sua criação. O resultado é que essa concepção, centrada na norma, considera a ordem jurídica de modo asséptico e estático. Por essa forma, menospreza e falseia seu aspecto dinâmico, a razão mesma de sua existência, que tão somente se desvela no momento em que suas normas são aplicadas. Antes disto, por mais bem elaboradas e assentadas na ordem jurídica, não deixam de ser as normas jurídicas algo de teórico, que precisa ser experimentado e avaliado, em conformidade com os resultados que produzam no meio social<sup>26</sup>.

A sociedade se situa no centro de gravidade do desenvolvimento jurídico, assim, o direito deve ser visto dentro do processo histórico-global. As leis são elaboradas para serem aplicadas à vida social e não há aplicação sem prévia interpretação. Sem a interpretação, haveria a redução do papel do magistrado à mera lógica-mecanicista, ou melhor, nem seria necessária a existência da figura do juiz. Os preceitos jurídicos não são atribuídos de validade imanente, não são válidas por si sós, por isso que o trabalho do jurista não pode ser circunscrito às categorias do direito positivo, mas deve se pautar nos métodos axiológicos.

É essencial a valoração das estruturas elaboradas pelo legislador, o que pode ser constatado a seguir:

Queira-se ou não, a atividade do intérprete, sobretudo do juiz, desdobra-se em uma série de juízos de valor, não obstante os limites que teoricamente se lhe queira colocar. Pode-se buscar obscurecer por tempo mais ou menos longo a índole da atividade do juiz, mas não se consegue, nunca se conseguiu e nem se conseguirá limitar indefinidamente uma atividade intimamente ligada à vida e aos interesses humanos<sup>27</sup>.

Vislumbra-se, desse modo, o caminho completamente divergente que segue o positivismo, visto que

o que quer o positivismo é que se veja o direito como um *ser em si*, constituído de normas e de conceitos que se auto-explicariam, não admitindo nenhum juízo sobre sua validade intrínseca ou sobre a legitimidade da fonte de que procedem. As leis formalmente postas pelo poder estatal são *dadas* e como tal devem ser recebidas e aceitas<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> AZEVEDO, P. F. *Crítica à dogmática e hermenêutica jurídica*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1989. p. 11.

<sup>27</sup> Ibid., p. 24.

<sup>28</sup> Id.

Com esse ideal, pretende-se atingir a máxima segurança jurídica, entretanto, o que está proporcionando é a minimização da função judicial, pois,

...sucede que esse juiz-computador, esse aplicador mecânico de normas, cujo sentido não lhe é dado aferir, e cujos resultados na solução dos casos concretos lhe é defeso indagar, este juiz assim minimizado e desumanizado, não é, de forma nenhuma, capaz de realizar a segurança jurídica. Preso a uma camisa-de-força teórica que o impede de descer à singularidade dos casos concretos e de sentir o pulsar da vida que neles se exprime, esse juiz, servo da legalidade e ignorante da vida, o mais que poderá fazer é semear a perplexidade social e a descrença na função que deveria encarnar e que, por essa forma, nega. Negando-a, abre caminho para o desassossego social e a insegurança jurídica<sup>29</sup>.

É imprescindível que os juízes e tribunais adéquem a abstração das normas às peculiaridades dos casos e necessidades da vida, afastando-se a análise formal das normas. A integração das perspectivas científico-normativa, sociológica e filosófica resulta em uma compreensão totalizadora da realidade jurídica. É dessa maneira que o juiz deixaria de ser fiel servo da lei, passando a dissociar valores maiores da civilização da mera técnica legislativa, que, na maioria das vezes, não acompanha as mudanças sobrevindas na ordem social. A lição de Plauto Faraco de AZEVEDO é a de que é indispensável que tanto o direito quanto a sua teorização não percam jamais o sentido da realidade e que a concepção geral que se tem da ciência, em determinada época, está condicionada por toda a estrutura social, visto que a ciência não é atividade que atua no vazio.

Explicável, portanto, a idéia de que o positivismo afasta as dimensões social e filosófica do direito como rejeita o concurso de outros setores do conhecimento para estudar, compreender e valorizar os diversos aspectos da regulação jurídica. Assim, "se quiserem atentar ao clamor da vida, os juristas precisam desviar-se dos pressupostos positivistas, compreendendo que seu trabalho sobre o ordenamento jurídico há de ser crítico e abrangente dos diferentes aspectos de sua inserção social, que exprimem aspectos diversos da projeção humana no mundo"<sup>30</sup>.

A adoção de uma postura rigidamente jurídica, estritamente relacionada à legalidade, impede que os juristas façam do direito algo atual e eficiente. Imprescindível

---

<sup>29</sup> Ibid., p. 25.

<sup>30</sup> Ibid., p. 55.

que associem seus conhecimentos técnicos à correta informação do que efetivamente ocorre no meio social, direcionem seu trabalho para construir uma melhor organização social e valorizem os interesses pessoais e sociais em questão. Em síntese, há que ter por eixo a justiça.

Até mesmo CARRAZA, ao tratar da competência tributária, afirma que

...as normas não devem ser entendidas apenas pela fórmula lingüística. Assim, a despeito da literalidade do dispositivo em observação, vamos interpretá-lo sistematicamente, para que não reste abandonada a visão global de nosso direito positivo (...) Antes, porém, fazendo uma digressão, lembramos que a interpretação é a atividade lógica que colima descortinar o significado, o conteúdo e o alcance de uma ou mais normas jurídicas. É por meio deste labor que conseguimos desvendar, em toda a latitude do vocábulo, a real extensão de uma regra de Direito<sup>31</sup>.

Ainda, quanto ao princípio da legalidade, é certo que toda norma jurídica contém um valor, independentemente de seu conteúdo, pois sua simples existência enseja ao menos a segurança jurídica. Entretanto, não basta esse sentido, porque além de não ser o único possível nem o decisivo que cumpre ao Direito realizar, há os valores essenciais que são a conveniência e a justiça.

O processo hermenêutico, em que sobressai a figura do juiz, não pode se desenvolver sem ampla valorização de todos os dados em questão; possibilita-se a atividade de aplicação-criação do direito:

...hipóteses que exigem um trabalho criativo dos juízes, desafiando sua argúcia e testando sua formação, na busca de soluções capazes de ensejar a harmonia social e o aperfeiçoamento da ordem jurídica. É, então, que se mostram as potencialidades do processo hermenêutico, em que se insere o poder criativo dos juízes, adaptando as leis à concretude dos fatos, precisando-as, modificando-as, suprimindo-lhes lacunas, em face de novas necessidades humanas ou de ~~caracteres~~ novos que se acresçam a velhos fatos ou, ainda, de formas diversas de valorizar os mesmos fatos, advindas da evolução social<sup>32</sup>.

Cabe ao juiz descobrir novos sentidos às regras, buscando dar ao caso tratamento consentâneo com as exigências da justiça visto que o dever de obediência ao princípio da legalidade não pode jamais compreender a tarefa de individualização, a

---

<sup>31</sup> CARRAZZA, R. A. *Curso de direito constitucional tributário*. 12. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 579.

<sup>32</sup> AZEVEDO, op. cit., p. 69.



qual não se situa no campo legislativo, visto que as leis têm caráter geral e abstrato. O magistrado deve abrir-se ao mundo ao invés de fechar-se no código e no "exoterismo lógico-formal"; além disso, é na Constituição da República que se deve procurar as grandes linhas de interpretação, as opções básicas da conduta.

O professor DOTI, citado por Ela Wiecko V. de CASTILHO, enfatizava que "é indispensável que a futura Constituição declare tal compromisso de intenção, afirmando expressamente que tanto a pena como a medida de segurança, em qualquer de suas modalidades, devem proporcionar as condições necessárias ao processo de diálogo entre o condenado (ou internado) e a sociedade"<sup>33</sup>.

### **3.3 A possibilidade da remição da pena pelo estudo em face da hermenêutica jurídica**

É nesse contexto que se insere a aplicação do instituto da remição da pena privativa de liberdade. Trata-se de uma exigência da justiça perceptível na sociedade e compatível com a dignidade humana, de tal sorte que ignorá-las, para dar prevalência a lei ou leis em descompasso com o processo histórico-cultural, importa em negação da justiça e conseqüente frustração das expectativas sociais, impedindo a normal evolução do direito e a superação das contradições sociais pela via pacífica e criativa da jurisprudência. Ressalte-se que a prisão não constitui território onde as normas constitucionais não têm validade.

Essa a "fórmula" que deve ser aplicada pelo juiz: situar e compreender a ordem jurídica no contexto humano global. Não será diferente para a matéria em discussão, pois o magistrado igualmente terá que alargar seu campo de visão, imaginando-se na situação do jurisdicionado para o deslinde da questão, o que implica na interpretação do vocábulo "trabalho" a que se referiu o legislador. Implantando sua criatividade, o juiz não excluirá ou afastará a segurança jurídica, pelo contrário, fortalecê-la-á. Ainda, não se estará afrontando a imparcialidade do juiz, a qual se refere ao objeto do litígio e às

---

<sup>33</sup> CASTILHO, E. W. V. de. *Controle da legalidade na execução penal*. Porto Alegre: Fabris, 1988. p. 32.

pessoas nele envolvidas, porque estar-se-á lidando com a neutralidade em face dos valores, o que possibilita a tomada de atitudes dentro de um campo livre.

Finalmente, Plauto Faraco de AZEVEDO, citando Cornil, observa que "...a função do legislador serve à necessidade de estabilidade das relações sociais e a do juiz à necessidade não menos imperiosa de mobilidade das relações sociais"<sup>34</sup>.

É certo que a lei não expõe literalmente que o estudo será uma das formas de remição da pena, entretanto, há que se proceder à análise dos vernáculos estudo e trabalho para a compreensão de sua extensão.

As definições encontradas no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa são as seguintes "**Trabalho**. [Dev. de trabalhar] (...) 1. Aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim. 2. Atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento. (...) 11. Atividade que se destina ao aprimoramento ou ao treinamento físico, artístico e intelectual, etc..."<sup>35</sup> e "**Estudo**. [Do lat. Studiu, 'aplicação zelosa, ardor'.] (...) 2. Aplicação do espírito para aprender. (...) 4. Trabalhos que precedem a execução de um projeto. 5. Trabalho literário ou científico acerca de um dado assunto..."<sup>36</sup>.

Na obra Vocabulário Jurídico, é possível constatar que "...Trabalho então, entender-se-á todo esforço físico, ou mesmo intelectual, na intenção de realizar ou fazer qualquer coisa..."<sup>37</sup>.

É, como restou demonstrado, palavra de significado elástico, "a palavra, quer considerada isoladamente, quer em combinação com outra para formar a norma jurídica, ostenta apenas rigidez ilusória, exterior. É por sua natureza elástica e dúctil que varia de significação com o transcorrer do tempo e a marcha da civilização. Tem, por isso, a vantagem de traduzir as realidades jurídicas sucessivas..."<sup>38</sup>.

<sup>34</sup> AZEVEDO, op. cit., p. 76.

<sup>35</sup> TRABALHO. In: Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1995, p. 1695.

<sup>36</sup> ESTUDO. In: Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1995, p. 731.

<sup>37</sup> TRABALHO. In: Vocabulário Jurídico. 17. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000, p. 823.

<sup>38</sup> MAXIMILIANO, op. cit., p. 16

MIRABETE atesta que "não distingue a lei quanto à natureza do trabalho desenvolvido pelo condenado. Assim, a remição é obtida pelo trabalho interno ou externo, manual ou intelectual, ..." <sup>39</sup>.

O mesmo autor, mantendo tal raciocínio, afirma que o trabalho nas prisões pode ser industrial, agrícola ou intelectual. Assim, diante da autoridade desse mestre em execução penal e de outros doutrinadores bem como da análise do vocábulo trabalho, deve-se admitir que o estudo é uma forma de trabalho, o trabalho intelectual. E, "se a doutrina evolui nesse entendimento, não se pode admitir que o magistrado também não o possa, intérprete que é da norma legal e também responsável pela execução da pena e pela recuperação do sentenciado em benefício da própria sociedade que o excluiu" <sup>40</sup>.

Portanto, ao sentenciado que se empenha nos estudos, considerando-se o ambiente pernicioso das prisões, visando sua melhor qualificação para sua reinserção junto à sociedade, com melhores possibilidades em obter ocupação honesta, não pode ser negado o período que destinou a sua instrução para efeitos de remição da pena, pois a própria Lei de Execução Penal estimulou a qualificação profissional do preso que poderá ser alcançada também através do estudo <sup>41</sup>.

Sabe-se que é impossível ao legislador estabelecer normas em relação a todas as situações de fato existentes, ante a velocidade das alterações da sociedade e emergência de novas demandas e situações sobre as quais o Poder Judiciário não pode se omitir, por missão constitucional. Assim, a adequação do ordenamento legislativo aos casos concretos deve ser realizado através da interpretação.

De acordo com parecer do CAOPEPMA-PR (Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Execução Penal e Medidas Alternativas), "...pela técnica da hermenêutica, o juiz deve buscar solução para os problemas submetidos à sua tutela, descobrindo e desvelando os múltiplos significados do texto legal, construindo o Direito

---

<sup>39</sup> MIRABETE, op. cit., p. 428.

<sup>40</sup> PADUANI, C.C. *Da remição na lei de execução penal*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002. p.55.

<sup>41</sup> Assim é que decidiu o Ministro Gilson Dipp, ao afirmar que o "estudo" nada mais é que uma forma de trabalho intelectual. Além disso, as chances de ressocialização daquele que estuda em vez de estar exercendo um trabalho braçal são maiores, tendo em vista que a cultura de nosso país supervaloriza os conhecimentos intelectuais em detrimento de qualquer outra atividade em que não seja necessário, sequer, o simples ato de leitura.

através da linguagem, norteados pelos princípios gerais e sob a luz da Constituição da República"<sup>42</sup>.

Essa idéia está amplamente conectada ao pensamento de Lênio STRECK, o qual afirma que "o intérprete do Direito é um sujeito inserido de forma inexorável em um ambiente cultural-histórico"<sup>43</sup> porque "na ciência jurídica nunca se ressaltará suficientemente que a interpretação é uma nova leitura das normas jurídicas e que cada caso será uma nova aplicação, algo assim que como se o direito recobrasse o seu vigor cada vez que é aplicado ou cumprido"<sup>44</sup>.

A hermenêutica, como visto, é a chave que guia o intérprete do Direito na busca do seu sentido, dando vida ao texto legal e compreendendo-o, dentro de cada caso.

Assim, como a lei não distingue trabalho braçal e trabalho intelectual, também não se deve fazer diferenciação entre a atividade laborativa manual e o aprendizado através do estudo. O trabalho humano apresenta duas dimensões: de trabalho intelectual e de trabalho manual ou instrumental. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda e qualquer atividade intelectual, ou atividade intelectual que não envolva algum tipo de esforço físico ou atividade manual.

Guardadas as devidas proporções, não admitir que o estudo é trabalho acaba por desconfigurar o sentido laboral de toda atividade intelectual, inclusive o desforço dos operadores do Direito na busca das interpretações mais adequadas e justas para a solução dos casos concretos, restringindo ao significante "trabalho" tão somente ao dedilhar dos dedos nas teclas do computador...(esforço sem dúvida menor ante a anterior resistência das teclas da máquina de escrever manuais, que guarneciam nossos gabinetes em não tão longa data!)<sup>45</sup>.

Admitindo que o estudo é também trabalho, porque produção intelectual, que proporciona os instrumentos de reflexão e transformação da natureza do homem, o seu conceito se adéqua ao fundamento teleológico de trabalho adotado pela Lei de Execução Penal, ou seja, a já citada atividade com finalidade educativa e produtiva, que

---

<sup>42</sup> CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE EXECUÇÃO PENAL E PENAS ALTERNATIVAS. Parecer, recurso de agravo N. 12.2567-6, 02/06/2002. Promotora de Justiça: Mônica Louise de Azevedo.

<sup>43</sup> STRECK, op. cit., p. 245.

<sup>44</sup> Id.

<sup>45</sup> CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE EXECUÇÃO PENAL E PENAS ALTERNATIVAS. Parecer, Recurso de agravo N. 12.2567-6, 02/06/2002. Promotora de Justiça: Mônica Louise de Azevedo.

proporciona condições para a harmônica reintegração social e o reingresso no mercado de trabalho do condenado.

O bem jurídico resultante desse trabalho intelectual é a futura vida em liberdade com maiores possibilidades de aproximar-se das condições mínimas exigidas para o trabalho, especialmente pela carga de conhecimento que adquire com os estudos.

Aplicando-se à remição da pena pelo estudo os artigos 126 e seguintes da Lei 7.210/84, o magistrado estará agindo em consonância com o artigo quinto da Lei de Introdução ao Código Civil, o qual determina que "na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum"<sup>46</sup>.

Nesse sentido vêm se posicionando os Tribunais no país, afirmando que o estudo é uma forma de trabalho que beneficia não só o próprio sentenciado, mas também a própria sociedade, por isso dá-se o mesmo tratamento legal a essas atividades.

## 4. TENTATIVAS DE AVANÇOS LEGISLATIVOS E POLÍTICA CRIMINAL

### 4.1 Os projetos de lei acerca da questão

Além dessas decisões há diversos projetos de lei tramitando no Congresso Nacional que têm como escopo viabilizar, expressamente, a remição da pena privativa de liberdade pelo estudo, como o de Lara Bernardi:

"Altera o art. 126 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para permitir a remição da pena pelo estudo."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 126 e seu § 1º da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho ou pelo estudo, parte do tempo de execução da pena. § 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita a razão de um dia de pena por três de trabalho ou por oito horas de efetiva presença nas atividades do ensino de alfabetização, fundamental, médio, universitário ou de formação profissional, inclusive os cursos com a metodologia de educação à distância."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Temos hoje, em todo o país, uma população carcerária de 230 mil detentos, para cerca de 150 mil vagas nos presídios. Dentro de um quadro desses, com tantos ingredientes negativos, era mesmo de se esperar que um dia chegaríamos exatamente ao ponto absurdo onde chegamos hoje, com presos mandando e se articulando com mais competência do que o governo e as autoridades. Evidentemente, novas unidades prisionais ajudariam a desafogar o sistema atual, conferindo mais dignidade aos presidiários e diminuindo, por consequência, a pressão por fugas e rebeliões. Porém é preciso igual atenção aos outros componentes da engrenagem do sistema carcerário e da legislação penal em vigor.

A Lei nº Lei de Execução Penal - Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - permite ao condenado abater um dia de pena por três de trabalho. É o instituto da remição, de grande importância na ressocialização do preso, pois o trabalho permite mantê-lo ocupado e útil, além de oferecer a oportunidade de sair mais cedo da prisão e se tornar útil ao convívio social.

Uma atividade laborativa exercida no presídio pode permitir que o condenado se integre mais facilmente ao mercado de trabalho quando sair da prisão, que está cada dia mais exigente e a carecer de profissionais tecnicamente melhor preparados.

Ocorre, também, que muitos presidiários possuem baixa escolaridade, quando não são analfabetos, dificultando-lhes conseguir emprego quando do término da pena. O estudo durante o tempo de condenação, desempenha o mesmo papel do trabalho, devendo, assim, ser também objeto de abatimento da pena. E deverá ser exercido na escola de alfabetização e no ensino fundamental, médio,

---

<sup>46</sup> VARGAS, Getúlio. Lei de introdução ao código civil. In: coordenação LOPES, M. A. R.. *Código Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000. p. 75-79.

universitário ou profissionalizante, inclusive os cursos com a metodologia de educação à distância.

Neste sentido e para permitir aos apenados do nosso país mais um instrumento para a sua ressocialização, esperamos contar com o apoio dos e das ilustres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 2001.

Deputada IARA BERNARDI – PT/SP"<sup>47</sup>

É possível ilustrar a luta pelo efetivo reconhecimento da remição da pena pelo estudo através dos seguintes projetos de lei: projeto de lei nº 3.569 de 1993 apresentado pelo deputado federal José Abrão; o projeto de lei nº 37 de 1999 apresentado pelo deputado federal Paulo Rocha, estando em apenso os projetos de lei nºs 1.036/99, 1.882/99, 2.502/00, 3.159/00, 4.102/01, 4.291/01, 5.002/01, 5.073/01 e 5.075/01; o projeto de lei nº 409 de 1999 apresentado pelo senador Maguito Vilela; o projeto de lei nº 1.036<sup>48</sup> de 1999 apresentado pelo deputado federal Léo Alcântara; o projeto de lei nº 1.882 de 1999 apresentado pelo deputado federal Rubens Bueno; o projeto de lei nº 3.159 de 2000 apresentado pelo deputado federal Valdeci Oliveira entre outros.

Se fosse aprovado um dos projetos de lei, tornar-se-ia explícito o estudo como hipótese de remição da pena privativa de liberdade, de modo a extirpar essa desnecessária discussão acerca da possibilidade da redenção de parte do tempo de cumprimento da pena pelo estudo. A proporção seria de oito a 18 horas de efetiva presença nas atividades educativas, variando de acordo com os ideais apresentados por cada autor de projeto de lei. Os autores dos projetos de lei justificam suas iniciativas baseados nos mesmos argumentos já elencados, resumidamente, a transformação pessoal que o trabalho (entenda-se manual e intelectual) propicia ao detento.

Além disso, o autor Paulo José da COSTA JR. propõe um escalonamento na redução do tempo de cumprimento da pena, de forma que quanto mais alto o grau de escolaridade atingido pelo condenado dentro da prisão, maior a diminuição da sanção.

<sup>47</sup> BRASIL. Projeto de lei n. 5002, de 07 de agosto de 2001. Altera o art. 126 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para permitir a remição da pena pelo estudo. Disponível em: <http://iarabernardi.org.br/projetos/pl5002.htm>. Acesso em: 01/08/2003.

<sup>48</sup> Esse projeto de lei é de autoria de Lúcia Belone, coordenadora do Projeto Prisão em Flagrante da OAB/PR.

O elevado número de encaminhamentos de propostas de alterações legislativas é demonstrativo do reconhecimento de que a questão da remição da pena pelo estudo já está superada, sem dúvidas de que a atividade educativa é um dos pólos enriquecedores da vida no sistema carcerário brasileiro.

#### **4.2 Moderna visão do direito de execução penal**

A Lei de Execução Penal filiou-se à visão de que a pena tem caráter ressocializador e não àquelas em que ora a pena é um castigo, retribuição justa e moralmente adequada (Teoria Absoluta) ora é um meio de prevenção mediante a coação psíquica (Teoria Relativa).

A corrente chamada Nova Defesa Social é uma conjugação de aspirações humanistas e democráticas em matéria penal, fundada na idéia de que a sociedade apenas será defendida à medida em que proporcionar a adaptação do condenado ao meio social com atuações práticas que tendam a prevenir as causas da conduta anti-social e a tratá-las com medidas pedagógicas, corretoras e curativas, de acordo com as exigências individuais dos destinatários; é nesse contexto que o instituto da remição da pena deve ser compreendido. Esse movimento tem por características o pensamento multidisciplinar, a universalidade e a idéia de reforma das instituições jurídico-penais e da própria estrutura social.

Se o autor do crime não é visto como um cidadão, cujas prerrogativas devem ser reconhecidas pelo Estado, mas como um adversário, cuja existência é tida como uma ameaça a ele a ponto de sua eliminação virtual (através de penas tendentes à perpetuidade) ser concretamente considerada, a cidadania é claramente derogada.

Quando coloca o Direito Penal a serviço de necessidades contingentes, minimiza sua tarefa, instrumentalizando-o desnecessariamente. Desatende, mesmo aí, a cidadania, que somente é defendida por um Direito Penal verdadeiramente ocupado com as graves violações aos valores sociais, de todas as classes sociais, sob pena de deixar de ser igualitário, quebrando a comunhão de interesses que o Direito Penal procura concatenar e, mais precisamente, segundo este estudo procura demonstrar, incorrendo em inconstitucionalidades<sup>49</sup>.

A ótica meramente correccionalista vem sendo superada, cedendo espaço a um entendimento sobre a execução penal que garanta ao condenado a dignidade humana

---

<sup>49</sup> RAMOS, op. cit., p. 56.



e que ilumine a sua indesejável estadia em um estabelecimento penal para que tenha forças para reconstruir sua vida egressa, pois

A hipertrofia do sentido retributivo desvenda um pragmatismo inconciliável com o estágio da civilização contemporânea, posto que o Direito Penal não se pode caracterizar como o conjunto de princípios e regras destinadas exclusivamente à repressão dos comportamentos antagônicos aos mais relevantes valores do Homem, da comunidade e do Estado. Ele aparece aos olhos e ao coração de todos como a imagem de dupla face, e, por isso, não se compadece com as teorias absolutas que pretendem negar a capacidade e a reserva espiritual do ser humano<sup>50</sup>.

Como ressaltado por Ana Cristina MEDEIROS, "não bastassem as vantagens de natureza jurídica, a educação dentro da cadeia seria um poderoso instrumento para a fomentação da cidadania, além de ser um mecanismo de distribuição de cultura e conhecimento, resgatando o aprendizado que o reeducando deixou de ter ou que abandonou na adolescência"<sup>51</sup>.

A educação dos condenados combinada com a vantagem da remição da pena, é uma solução simples, de baixo custo, mas inestimáveis frutos, já que pode substituir o trabalho que o Estado não oferece e, ao mesmo tempo, funcionar como verdadeiro mecanismo de transformação e esperança. Ainda, é um forte inibidor da reincidência, já que a baixa formação educacional é uma das razões da criminalidade.

Ao contrário do que prega o movimento "Lei e Ordem", a segurança pública, bem social tão desejado, não será alcançada somente com o aumento de pena, mas com a real transformação do encarcerado, detectando em cada um a possibilidade de recuperação seja através da ajuda pedagógica, emocional, profissional ou espiritual, seja através da conjugação de todos esses elementos que conformam a personalidade do homem. Esse é o ideal da corrente denominada "Nova Defesa Social", cujas metas prioritárias são "...a proteção da sociedade e a ressocialização do delinquente através de medidas adequadas e impostas, jurisdicionalmente com vistas à infração praticada e à personalidade"<sup>52</sup>, ou seja, os direitos da pessoa humana se sobrepõem a todos os

<sup>50</sup> DOTTI, R. *Bases e alternativas para o sistema de penas*. Tese de concurso para professor titular de direito penal da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1980. p. 76.

<sup>51</sup> MEDEIROS, A. C. A remição da pena pelo estudo. Disponível em: <<http://www.ammmp.com.br/Jur%Eddicos/Teses/Tese%20congresso%20.%20Dra.%20Ana%20C%20Medeiros.doc>> Acesso em: 05/06/2003

<sup>52</sup> DOTTI, op. cit., p. 211.

aspectos da organização social, porque adota-se um "...conjunto de meios necessários para transformar a personalidade do delinqüente com o fim de reinseri-lo em uma sociedade de homens livres"<sup>53</sup>.

Para João Gualberto Garcez RAMOS,

a crise não é especificamente do Direito Penal ou do Direito Processual Penal ou mesmo do Direito Penal como um todo. Diante do quadro que aos poucos vai se formando e também ~~dadas~~ as soluções que usualmente vêm sendo implantadas, a crise apresenta-se com um aspecto muito mais grave. Ela é, num sentido muito preocupante, crise da própria cidadania...<sup>54</sup>,

isso porque

~~trata-se~~ de uma integração do indivíduo com a sociedade estatal não somente no aspecto dos direitos políticos de votar e ser votado, mas nos mais amplos aspectos de seu desenvolvimento como ser humano, sintonizado o melhor possível com o aparelhamento estatal. Por isso, (...) ~~liga-se~~ não somente com esses direitos políticos, mas também com os conceitos de soberania popular (parágrafo único do art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil) e de dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III), bem como com os objetivos primaciais da educação e do próprio regime democrático<sup>55</sup>.

Para esse autor, o "Direito Penal do Terror" tem como características a

...criação de um clima de guerra, em que o criminoso é visto como um inimigo a ser alvejado, sanções penais violentas, discurso penal marcado pela demagogia, criação de tipos penais sem critério que não a necessidade contingente e, por vezes, falsa ou tendenciosa de obter, da população, condutas ou omissão de condutas etc.<sup>56</sup>.

Não basta o raciocínio simplista e obscuro de que o reeducando deve, para ~~que~~ de fato seu delito seja punido, receber tratamento diferenciado, em celas superlotadas, com a perda da individualidade e da privacidade, cercado pela promiscuidade sexual, agressões, ociosidade e abandono. Os que assim pensam se esquecem que esse indivíduo voltará ao seio social e todos seus atos refletirão tudo por que passaram e sofreram dentro do estabelecimento prisional.

---

<sup>53</sup> Ibid., p. 77.

<sup>54</sup> RAMOS, op. cit., p. 13.

<sup>55</sup> Ibid., p. 16.

<sup>56</sup> Ibid., p. 34.

Toda e qualquer lei deve ser expressão legítima da vontade da maioria comunitária e, lutar pela ressocialização do apenado "...representa uma tomada de posição em nome da maioria social que reprovou a sua conduta e aceita a volta do condenado ao seu convívio mediante o implemento de uma condição: a de se revelar um sujeito prestante e, como tal, infenso ao perigo da reiteração"<sup>57</sup>.

A situação em que se encontram as prisões somente levará à uma maior incidência de delitos praticados de formas ainda mais bárbaras e cruéis, o que pode ser observado pelo alto índice de reincidência. Assim, ao se defender o *status* do mais violento marginal, defende-se, por via oblíqua, o *status* de todos os demais cidadãos.

A pena privativa de liberdade, portanto, deve assumir um novo papel, qual seja, alcançar o mesmo objetivo que tem a educação na escola e na família, preparando o indivíduo para o mundo de modo que subsista ou conviva tranqüilamente com seus semelhantes. Enfim, um agente de transformação humana, pois

Quanto à cultura *lato sensu*, a Constituição de 1988 reconheceu sua essencial missão na construção de um país efetivamente soberano, dando-lhe o *status* de verdadeiro atributo da pessoa humana. Também nesse aspecto (que exemplificativamente, reúne tanto a cultura propriamente dita quanto a educação, o ensino, o desporto, a ciência, a tecnologia, as comunicações sociais e o meio ambiente) a Constituição procurou demonstrar que o homem brasileiro somente estará integrado na sociedade organizada politicamente - será, por conseguinte, um "cidadão" - se todos os aspectos de sua personalidade estiverem integrados na vida social<sup>58</sup>.

Assim é que várias discussões acadêmicas, doutrinárias e jurisprudenciais vêm sendo lançadas com o fim de se alcançar a transformação pessoal do preso através do estudo, visto que é necessária uma integração efetiva da Execução Penal com o Direito Constitucional, no sentido de que enquanto este delineia as garantias da cidadania aquele as torna presentes.

Muito além das vantagens de natureza jurídica, a educação dentro da cadeia pode consistir em um poderoso instrumento para a fomentação da cidadania e mecanismo de distribuição de cultura e conhecimento, resgatando o aprendizado que o reeducando deixou de ter ou que abandonou na adolescência.

---

<sup>57</sup> DOTTI, op. cit., p. 175.

<sup>58</sup> RAMOS, op. cit., p. 20.

Célio César PADUANI pensa que,

se a doutrina e a jurisprudência dominantes admitem que apenas o magistério exercido pelo sentenciado deve ser admitido para fins de obtenção da remição da pena, observado o tempo em que essa atividade é executada, nos termos da legislação executória da pena, tenho como **discriminativo** [grifo meu] o entendimento de que o período em que o preso que frequenta às aulas não possa ser levado em conta para alcançar a aludida redenção<sup>59</sup>.

O não reconhecimento do estudo como trabalho intelectual estaria ferindo o princípio constitucional da plena igualdade, o da adequação do estabelecimento penal ao crime e ao criminoso (artigo quinto, inciso XLVIII da Constituição da República) bem como o do respeito à integridade física e moral do preso (artigo quinto, inciso XLIX da Constituição da República).

#### 4.3 Política criminal e os problemas que afetam o sistema carcerário

É de amplo conhecimento da sociedade que nos presídios não há vagas suficientes para ocupar, em oficinas de trabalho, todos os reclusos; fato este que é piorado em face da superpopulação nas penitenciárias. Desse modo, a opção por tirar uma grande massa da população carcerária que está na ociosidade, colocando-a em salas de aula, não constitui privilégio, mas solução que atende aos interesses da sociedade.

Sendo a execução da pena, no Brasil, de caráter administrativo, controlada pela atividade jurisdicional, cabe ao Judiciário, autorizando a implantação do sistema, fiscalizar sua perfeita aplicação, como vem se concretizando em diversas comarcas. Deve-se superar o estrito formalismo das garantias fundamentais estabelecidas na Constituição, de modo que os indivíduos possam efetivamente exercer essas prerrogativas.

Assim, visto que "o sistema penitenciário atual, utiliza precisamente a privação de liberdade do condenado para começar ou aperfeiçoar sua instrução, visando a revelar e explorar suas possibilidades intelectuais e mostrar-lhe que dispõe da

---

<sup>59</sup> PADUANI, op. cit., p. 54.

capacidade necessária para se integrar à sociedade organizada, pela via do trabalho<sup>60</sup>, deve ser concedida a remição pelo estudo.

Ao Setor Educacional do estabelecimento penitenciário incumbe promover reuniões pedagógicas com reeducandos; propiciar à população carcerária palestras, shows e atividades de caráter cultural; incutir no recluso o gosto pelo estudo, incentivando-o para o futuro, e colocando à sua disposição os métodos de aprendizagem correspondentes; ao reeducando que freqüentar com assiduidade os cursos a serem ministrados, atribuir pontos, que serão aprovados pela Comissão Disciplinar, e somados à sua avaliação final; realizar certames esportivos, dentro do estabelecimento, entre os reeducandos e entidades estranhas ao Sistema Penitenciário, assim como promover práticas esportivas com regularidade.

Sendo bastante difícil e quase impossível propiciar todas essas atividades aos reclusos, imprescindível se torna a concessão do benefício da remição da pena àqueles que se dedicam ao estudo, quando esse exista e seja possível, ensejando o bem-estar físico e mental dos detentos.

A formação educacional nos presídios deverá ser sempre a maior preocupação dos administradores da execução penal, pois essa formação facilitará enormemente a readaptação social do condenado, na medida em que lhe permitirá, após sua liberação, dispor de meios para viver de um modo honesto e decente. Consequência da educação oferecida é a disciplina, fixação da atenção e pensamento, desenvolvimento do senso do real e do concreto, a demonstração de que é capaz de fazer qualquer coisa de útil, reestabelece a confiança e a estima de si mesmo, que à vezes nunca possuiu ou havia perdido. Em uma palavra, contribui para sua estabilização social.

Os ditames da política criminal devem ser respeitados, pois esta consiste em um "...conjunto sistemático de princípios e regras através dos quais o Estado promove a luta de prevenção e repressão das infrações penais, além de cuidar do tratamento do delinqüente. (...) uma disciplina de natureza científica..."<sup>61</sup>.

Assim é que uma das diretrizes básicas de política criminal do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária é, de acordo com a Resolução nº 05 de 19

---

<sup>60</sup> ABI-ACKEL, op. cit., p. 111.

de julho de 1999, desenvolver efetiva política de promoção do homem no plano social, dando-lhe oportunidade de emprego, e prestando-lhe assistência médica e educação básica, de primeiro e segundo graus e profissional. No artigo 19 dessa mesma resolução, fica estabelecido que se deve dar oportunidade aos que cumprem pena privativa de liberdade de acesso a tratamento humano, estudo e trabalho, apoiando convênios com órgãos públicos e parcerias com entidades de direito privado. A viabilização da remição da pena pelo estudo junto ao Congresso Nacional, prevista no artigo 29, é explícita e concretiza-se com os vários projetos de lei que tramitam perante o Poder Legislativo. São indicativos, portanto, do caminho a ser seguido pela execução da pena no Brasil.

Não são atuais os problemas que encontramos no sistema penitenciário brasileiro. Na década de 1970, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cujo relator foi o deputado Ibrahim ABI-ACKEL, destinada a proceder o levantamento da situação penitenciária nacional revelou o antagonismo entre os ideais das leis e as violências do cotidiano. Relatou-se que

...em tais ambientes de estufa, a ociosidade é a regra; a intimidade, inevitável e profunda. 'A deterioração do caráter resultante da influência corruptora da subcultura criminal, o hábito da ociosidade, a alienação mental, a perda paulatina da aptidão para o trabalho, o comprometimento da saúde, são conseqüências desse tipo de confinamento promíscuo, já definido alhures como 'sementeiras da reincidência', dados os seus efeitos criminógenos'<sup>62</sup>.

Entretanto, a situação calamitosa ilustrada à época que ainda persiste e a alegação de que está ausente a previsão legal da remição da pena pelo estudo, não constituem óbices ao seu deferimento; ao contrário, a ampliação desse instituto, com abrangência das atividades intelectuais, tem sido constantemente recomendada pelos estudiosos da execução penal por ser mais salutar à socialização do condenado. Além disso, a cidadania e a dignidade humana são princípios informadores e balizadores de qualquer intervenção estatal que possa recair sobre o condenado, sendo, então, compromisso fundamental do Estado mais a oferta de oportunidades ao apenado do que a supressão dessas.

---

<sup>61</sup> DOTTI, op. cit., p. 112.

<sup>62</sup> Ibid., p. 47.

Para o professor DOTTI,

...toda a matéria que efetivamente compõe o quadro da execução das penas deve estar submetida à disciplina de uma ciência própria, especialmente devotada ao problema que constitui o coração do coração do Direito Penal. Será através de um Direito de Execução Penal que os assuntos relativos ao cumprimento das sanções penais no seu amplo sentido (compreendendo as medidas de segurança) devem ser tratados: da natureza dos regimes aos direitos e deveres da pessoa presa, passando por uma variedade de domínios essenciais à legalidade da execução, como a estrutura e a dinâmica dos estabelecimentos, a sua administração e o pessoal penitenciário e toda a infra-estrutura de apoio ao sistema, visando aprimorar o procedimento de execução. Este deve ter como ponto de partida a implementação das regras mínimas prescritas pela ONU<sup>63</sup>.

O estudo, portanto, é atividade plenamente hábil a permitir ao condenado acesso ao direito da remição da pena, pois, "se o objetivo do encarceramento é a reinserção do indivíduo que cometeu alguma infração, mister é o reconhecimento e a equiparação do estudo como forma de remir a pena, pois o estudo enobrece o homem e permite que o recluso se readapte à vida em sociedade, onde o trabalho é tido como fundamental"<sup>64</sup>.

A remição da pena é um instituto através do qual o apenado pode "reivindicar", para mais além do simples dado utilitário do abatimento de lapsos temporais de pena, um 'compromisso de oferta de oportunidades' - dignificantes e de cidadania - por parte de um sistema que, na concepção tradicional, esteve sempre mais 'comprometido' com a supressão dessas do que com o oferecimento das mesmas<sup>65</sup> e "há que se interpretá-la (e declará-la) em dimensões que vão para mais além de suas características objetivas e formais, conferindo-lhe a necessária validade substancial que decorre do compromisso de um sistema jurídico como sistema de garantias"<sup>66</sup>.

<sup>63</sup> DOTTI, R. A. *As novas dimensões na execução da pena*. Curitiba, 1975. p. 331.

<sup>64</sup> SHECAIRA, S. S.; CORRÊA JUNIOR, A. *Teoria da pena: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos da ciência criminal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. p. 339.

<sup>65</sup> CHIES, L. A. B. *Remição pelo trabalho externo: a questão da prova num sistema de garantias e a resistência no mundo do trabalho precário*. In: *Revista de Estudos Criminais* 7, 2002. p. 81.

## 5. A RELEVÂNCIA DA REMIÇÃO DA PENA PELO ESTUDO

### 5.1 Remição da pena: um reforço à assistência educacional, direito do preso e dever do Estado

As Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos é um documento elaborado pela Comissão Internacional Penal e Penitenciária, em 1903, que codifica os direitos do presidiário. Após algumas reformulações e revisões, foram adotadas pela Organização das Nações Unidas, em 1951, sendo recomendada a adoção e a aplicação por todos os países membros, cuja finalidade principal "...foi a de definir princípios fundamentais para o tratamento do preso, tendo em vista a proteção de seus direitos elementares enquanto pessoa humana"<sup>66</sup>.

O Brasil aderiu formalmente às Regras Mínimas para Tratamento de presos em 1994, através da Resolução 14, editada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Esses princípios exaltam que o preso continua a ser membro da comunidade a que pertence, não ficando totalmente desprovido de seus direitos; que o tratamento aplicado ao interno deve incentivar o respeito a si mesmo e desenvolver o senso de responsabilidade, o que pode ser implementado com a redução das diferenças existentes entre a vida carcerária e a sociedade externa; e, finalmente, a individualização do tratamento é exigida como meio indispensável para a obtenção dos fins a que se propõe a pena privativa de liberdade.

Para que se proporcione a reintegração social do condenado ou internado, um dos meios é a atribuição de trabalho manual bem como a instrução escolar e a formação profissional, conforme dispõem artigos 28 *usque* 30 e 17 *usque* 21 da Lei de Execução Penal. Além dessas previsões legais, a Constituição Federal assegura em seu artigo 205 que, "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

---

<sup>66</sup> *Ibid.*, p. 85.

<sup>67</sup> FRAGOSO, H. *Direitos dos presos*. Rio de Janeiro: Forense, 1980. p. 71.



desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho"<sup>68</sup>.

A remição da pena pelo estudo seria uma das formas de eliminar a idéia de que

...a esperança (honestas e simuladas) de alcançar a 'recuperação', 'ressocialização', 'readaptação', 'reinserção', ou 'reeducação social' e outras designações otimistas de igual gênero, penetrou formalmente em sistemas normativos com proclamações retóricas em modernas constituições, códigos penais e leis penitenciárias sem que a execução prática das medidas corresponda aos anseios de 'recuperação' que não raramente se exaurem na literalidade dos textos<sup>69</sup>.

Para BITENCOURT, "só se concebe o *esforço ressocializador como uma faculdade* [grifo do autor] que se oferece ao delinqüente para que, de forma espontânea, ajude a si próprio a, no futuro, levar uma vida sem praticar crimes"<sup>70</sup>, sendo essa a função a que se destina a remição da pena.

O Código Penal assegura a todos os presos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, delegando à legislação especial a regulação dessa matéria. Assim é que a Lei de Execução Penal confere ao condenado e ao internado todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela Lei. Conseqüentemente, mantém-se intacto o direito do preso ao estudo. Na Espanha, garante-se "...todos os direitos básicos previstos pelo regime, a exceção dos que foram expressamente privados pela decisão. Em todo caso, diz a Carta espanhola, o preso terá direito a trabalho remunerado e aos benefícios previdenciários assim como o acesso à cultura e ao desenvolvimento integral de sua personalidade"<sup>71</sup>.

Além disso, é dever do Estado prestar assistência ao preso e ao internado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, e, uma das modalidades de assistência é a educacional (artigo 11, IV da lei de Execução Penal).

<sup>68</sup> BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil, promulgada em 05/10/1988. In: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS. *Código penal, código de processo penal, constituição federal*/organizador Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 124.

<sup>69</sup> DOTTI, Bases e alternativas..., p. 50.

<sup>70</sup> BITENCOURT, C. R. *Novas penas alternativas: análise político-criminal das alterações da lei n. 9.714/98*. 2. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2000. p. 18.

<sup>71</sup> DOTTI, Bases e alternativas..., p. 173.

Tão relevante é a assistência educacional, que o legislador determinou que tal assistência compreenderá a instrução escolar e a formação profissional; que o ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa; que o ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico; que as atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados; e, que atendendo as condições locais, cada estabelecimento será dotado de uma biblioteca, provido de livros instrutivos, recreativos e didáticos para o uso de todas as categorias de reclusos.

Dispõem os artigos 28, *caput* e 32, *caput* da Lei de Execução Penal que: "Art. 28 - O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva (...) Art. 32 - Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado"<sup>72</sup>.

Ressalta-se, ainda, que é direito do preso o exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas, desde que compatíveis com a execução da pena, de acordo com o inciso VI do artigo 41 da Lei de Execução Penal. Além disso, o artigo 83 da mesma lei estabelece que "o estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva"<sup>73</sup>.

Não há razões para impedir que o estudo seja computado para a remição da pena, tendo em vista toda a estrutura da Lei de Execução Penal, especialmente o disposto em sua Exposição de Motivos, números 13 e 14:

Contém o art. 1º duas ordens de finalidades: a correta efetivação dos mandamentos existentes nas sentenças ou outras decisões, destinados a reprimir e a prevenir os delitos, e a oferta de meios pelos quais os apenados e os submetidos às medidas de segurança venham a ter participação construtiva na comunhão social.  
(...) curva-se o Projeto, (...) ao princípio de que as penas e medidas de segurança devem realizar a proteção dos bens jurídicos e a reincorporação do autor à comunidade<sup>74</sup>.

<sup>72</sup> ABLACKEL, op. cit., p. 536-537.

<sup>73</sup> *Ibid.*, p. 545.

Ainda, o trabalho dos condenados presos, como dever social e condição de dignidade humana, assenta-se em dupla finalidade, quais sejam, educativa e produtiva, como já salientado.

Resta comprovado que a remição da pena pelo estudo é salutar<sup>75</sup>, como é o caso abaixo ilustrado:

O histórico do aproveitamento dos alunos que são detentos é bom. No ano passado [ano de 2001], dos 27 presos que estavam estudando para entrar na faculdade, no Núcleo de Custódia, 21 passaram no vestibular. Muitos deles, depois que saem da cadeia, continuam estudando. "Já tivemos alunos que chegaram aqui assinando no dedo e saíram estudando na universidade", orgulha-se a pedagoga.<sup>76</sup>

Em depoimento de um detento revela-se a importância do instituto: "Eu aprendi aqui algumas 'letras e números'. Estou na escola para aprender. Quero no futuro 'ser uma pessoa'. Eu já aprendi muita coisa".<sup>77</sup>

A frequência às aulas, em qualquer estabelecimento de ensino, constitui, indiscutivelmente, uma modalidade de atividade laboral, pois quem efetivamente estuda, adentrando no aprendizado escolar com seriedade, despende energia, esforço, exercício cerebral e intelectual em prol de seu aperfeiçoamento cultural, moral e, conseqüentemente, social.

Há, portanto, possibilidade jurídica do pedido de remição da pena pelo estudo, visto que o artigo 126 da Lei de Execução Penal comporta interpretação sistemática, extensiva e teleológica, de acordo com os fins propostos pela Lei de Execução Penal às penas privativas de liberdade no regime semi-aberto e fechado.

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 510.

<sup>75</sup> Segundo informações verbais do Vice-diretor da Penitenciária Central do Estado/PR, datadas de 29/08/03, a instituição tem sob custódia aproximadamente 1.497 internos, dos quais apenas uns 45 estudam; dentre estes, 39 participarão do Exame Nacional de Ensino Médio. Os professores são do ensino estadual e as aulas são ministradas individualmente, apesar de haver salas de aula em bom estado de conservação no presídio, o que foi constatado em visita pessoal ao estabelecimento penitenciário.

<sup>76</sup> ALVES, L. S; FIUZA, T. *Remição da pena pelo estudo*. Revista Jurídica Consulex, Brasília, nº 131, p. 62/63, 30 de jun. 2002.

<sup>77</sup> *Ibid.*

## 5.2 Solução para a questão

Diferentemente do que muitos autores pensam e dos fundamentos pelos quais vários magistrados vêm decidindo, não será a analogia *in bonam partem* a solução para a efetiva concessão da remição da pena pelo estudo. Isso porque a analogia é aplicável quando houver lacuna da lei sobre a matéria.

Como já foi explicitado, a analogia é um método de integração, o qual não se adéqua ao caso, pois deve ser feita uma interpretação extensiva (além da interpretação sistemática) do artigo 126 da Lei de Execução Penal. Ao retirar um dos sentidos da regra, o jurista deve estendê-lo ao máximo, de modo a entender o trabalho em seu sentido intelectual, educativo, o que incluiria o estudo. O trabalho, nessa concepção, seria uma atividade que demanda esforço e persistência por parte do condenado, tendo como resultado a inserção de valores sociais relevantes. Igualmente, facilita um futuro e melhor retorno ao mercado de trabalho, pois há uma ampliação de seu patrimônio intelectual.

Para atingir os objetivos da lei, necessária, portanto, a interpretação extensiva da lei: "Diz-se extensiva a interpretação quando o caso requer seja ampliado o alcance das palavras da lei para que a letra corresponda à vontade do texto. Ocorre quando o texto legal não expressa a sua vontade em toda a extensão desejada, diz menos do que pretendia dizer"<sup>78</sup>.

Assim, não há necessidade de nenhuma portaria judicial ou resolução administrativa regulamentando a matéria, pois sua disciplina decorre da inteligência do espírito da Lei de Execução Penal.

Esse já se torna argumento contra a alegação de inconstitucionalidade das Portarias baixadas pelas Varas de Execução Penal, as quais indicam o estudo como uma das formas de remição da pena.

Apesar disso, conforme se observa das portarias editadas, as mesmas não têm o condão de modificar o ordenamento jurídico, mas tão-somente, expandir a interpretação

---

<sup>78</sup> MEDEIROS, A. C. *A remição da pena pelo estudo*. Disponível em: <http://www.ammp.com.br/Jur%Eddicos/Teses/Tese%20congresso%20.%20Dra.%20Ana%20C%20Medeiros.doc> Acesso em: 05/06/2003.

da Lei de Execução Penal, com a aplicação do artigo primeiro, o qual objetiva proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado, permitindo, assim, sua reintegração social, oferecendo meios adequados para o retorno do ~~sentenciado~~ ao meio social, de modo favorável.

É justamente isso que devem levar em consideração as leis penais: a ~~realização~~ em torno de objetivos que dignifiquem a condição humana e atendam às aspirações de segurança e justiça imanentes e contínuas na comunidade organizada.

Assim, não é procedente a alegação dos membros do Ministério Público de que são inconstitucionais as portarias editadas pelas Varas de Execução Penal a fim de regular o instituto da remição da pena pelo estudo, mesmo porque são dispensáveis tais atos para que o benefício seja ~~concedido~~.

A emissão de atos administrativos constitui atividade de competência do juízo da execução penal, ao zelar pela correta execução da pena, e ao estabelecer parâmetros para a adequada assistência educacional e formação profissional do condenado para o trabalho, não infringindo qualquer preceito legal ou constitucional.

Os mecanismos de interpretação jurídica são imprescindíveis para que, dentro do quadro normativo atualmente existente, conceda-se a remição cultural aos condenados que estudam nos estabelecimentos penais.

Essa interpretação deve ser de forma extensiva, pois

O ~~texto~~ oferece ao observador só uma diretiva geral; explícita ou implicitamente se reporta a fatos, definições e medidas que o juiz deve adaptar à espécie trazida a exame: é o caso de interpretação extensiva, consistente em pôr em realce regras e princípios não expressos, porém contidos implicitamente nas palavras do Código. A pesquisa do sentido não constitui o objetivo único do hermeneuta; é antes o pressuposto de mais ampla atividade. Nas palavras não está a lei e, sim, o arcabouço que envolve o espírito, o princípio nuclear, todo o conteúdo da norma. (...) Para alcançar este objetivo, dilata-se o sentido ordinário dos termos adotados pelo legislador; também se induz de disposições particulares um princípio ~~ampla~~<sup>79</sup>.

A interpretação lógica também deve ser combinada com a interpretação extensiva do artigo da Lei de Execução Penal que disciplina a remição da pena (artigo 126), uma vez que "...há que se reconhecer que o intérprete cumprirá com maior eficácia a sua missão se, abandonando velhas ilusões, souber conter-se nos limites de

eficácia da norma, permitindo adaptá-la aos casos concretos e valorá-la de maneira a se alcançar uma realização mais perfeita e fácil da justiça"<sup>80</sup>.

Há que se perquirir, além disso, qual o real desejo do legislador ao estabelecer o benefício da remição da pena.

A questão merece solução precedida de exegese construtora que busque aplicar o Direito de uma forma ampla, adaptando-o, pela hermenêutica jurídica, às exigências sociais, excluindo o formalismo exacerbado. O juiz deve abandonar a operação puramente automática, de modo a promover o progresso jurídico, pois é ele um sociólogo em ação, um moralista em exercício a quem incumbe vigiar pela observância das normas reguladoras da coexistência humana, prevenir e punir as transgressões das mesmas.

O estudo, como atividade de caráter intelectual que se destina ao aprimoramento artístico e intelectual guarda nítida semelhança com o trabalho propriamente dito, visando atingir os objetivos da Execução Penal no Brasil. A reinserção social deve compreender a assistência e a ajuda efetivas na obtenção dos meios capazes de permitir o retorno do condenado ao meio social em condições favoráveis para a mais plena integração. É preciso garantir maior efetividade dos direitos da personalidade do condenado, notadamente para incentivar o desenvolvimento da atividade útil e evitar a ociosidade forçada presente nos estabelecimentos prisionais.

Devem ser acompanhados os avançados ditames de política pública penitenciária fixados pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, no sentido de ser admissível a redenção da pena privativa de liberdade pelo estudo. Há, como visto, inúmeros projetos de lei em apreciação pelo Congresso Nacional que defendem tal tese, o que reforça a idéia de que é a maneira mais equânime e adequada de aplicar o direito positivo ao caso concreto.

"A remição surge, assim, não só para reduzir pelo trabalho a pena privativa de liberdade, mas também para possibilitar uma autêntica flexibilização da execução das penas privativas de liberdade, num sentido de plano individualizador para readaptação

---

<sup>79</sup> MAXIMILIANO, op. cit., p. 199.

<sup>80</sup> DOTI, op. cit., p.100.

do condenado",<sup>81</sup> além de oferecer condições para que o sofrimento do apenado não seja opressivo e alienante pela falta de trabalho, pretender estimular a disciplina e o apego aos valores positivos do condenado, antecipar a liberdade pelo esforço e dedicação pessoais, não se constituindo em mera ficção jurídica.

Importante ressaltar que é perfeitamente possível que o tempo de condenação seja remido por aqueles que trabalham e estudam concomitantemente, desde que cumpram o período mínimo exigido para o trabalho que é de seis a oito horas diárias e após, estudem. Esses internos demonstram, assim, maior vontade de progredir e, na mesma proporção, devem ser beneficiados.

O criador do teorema da proporcionalidade entre o delito cometido e a pena aplicada, desde 1911, explicava que

...o mais seguro, mas o mais difícil meio de prevenir o delito é o de aperfeiçoar a educação, objeto muito amplo e que ultrapassa os limites a que me impus, objeto que ousou também dizer estar muito intrinsecamente ligado à natureza do governo, para que não seja sempre campo estéril, só cultivado aqui e ali por alguns poucos estudiosos, até nos mais remotos séculos da felicidade pública. Um grande homem, que iluminou a humanidade que o perseguia, mostrou em pormenores quais as principais máximas da educação realmente úteis aos homens, a saber, preterir uma estéril multidão de objetos em favor de uma escolha e precisão deles, substituir as cópias pelos originais, nos fenômenos tanto morais como físicos, que o acaso e o talento apresentam aos novos espíritos dos jovens, e impelir esses jovens à virtude pela fácil estrada do sentimento, afastando-os do mal pela via infalível da necessidade e do inconveniente, e não pela via incerta do comando, que só consegue simulada e momentânea obediência<sup>82</sup>,

idéia essa que reina até hoje, mas encontra resistência diante da realidade dos estabelecimentos penais no Brasil.

Resta demonstrado, portanto, que a formação intelectual e profissional do indivíduo é parte integrante do requisito laboral exigido para a concessão da remição da pena, uma vez que não existe atividade humana que exclua algum esforço intelectual, ou ainda atividade intelectual que não envolva algum tipo de esforço físico.

O conceito de trabalho, portanto, não deve ser restrito à concepção de atividade produtiva braçal<sup>83</sup>, mas compreender toda a atividade coordenada, de caráter físico

<sup>81</sup> SHECAIRA, op. cit., p. 335.

<sup>82</sup> BECCARIA, C. B. *Dos delitos e das penas*. Tradução: J. Cretella Jr e A. Cretella. 2. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997. Tradução de: Dei delitti e delle pene, p. 135.

<sup>83</sup> As atividades desenvolvidas na Penitenciária Central do Estado do Paraná e que são consideradas para a remição da pena, são, de acordo com o Vice-diretor da instituição, as de

e/ou intelectual, necessária à realização de tarefa, serviço ou empreendimento, bem como aquela atividade que se destina ao aprimoramento ou ao treinamento físico, artístico e intelectual do indivíduo. Segundo Mônica Louise de Azevedo e Maria Tereza Utile Gomes,

A noção de formação profissional do indivíduo pelo estudo deve ser entendida como processo de aquisição de conhecimento, aperfeiçoamento pessoal e conseqüente capacitação para o trabalho. Portanto, o 'trabalho intelectual' (estudo e formação profissional) do preso deve ser valorizado e estimulado durante a execução da pena, por constituírem instrumentos hábeis em proporcionar condições para a efetiva integração social do sentenciado, adequando-se ao fundamento teleológico do conceito de trabalho adotado pela Lei de Execução Penal...<sup>84</sup>.

As normas a serem aplicadas à remição da pena pelo trabalho intelectual são as mesmas que regulam a remição de pena pelo trabalho físico; não há norma expressa estabelecendo o direito da remição de pena privativa de liberdade pelo estudo, justamente porque a noção de estudo já está implícita na idéia de trabalho intelectual e formação profissional do indivíduo para o trabalho.

É acertado esse entendimento, visto que "o analfabetismo, a ignorância das consciências por meio da massificação e do monopólio da informação constituem obstáculos à cidadania plena e violação dos direitos fundamentais e sociais assegurados pela Constituição da República e pela Lei de Execução Penal. Para transformar essa realidade, é imprescindível estender a oferta de estudo, formação profissional e trabalho aos presos..."<sup>85</sup> e, cabendo ao Judiciário a implantação de institutos como esse da remição no sistema, deve fiscalizar sua perfeita aplicação.

Atitudes como essa demonstram a verdadeira alma do progresso jurídico contra as fórmulas caducas do Direito tradicional, pois,

...constituiria arrematado contra-senso o Juiz da Execução reconhecer a remição pelo trabalho do 'faxina' e simplesmente ignorar o esforço do educando. Em verdade, cabe ao Juiz da Execução preferir o conjunto ao dispositivo isolado, o Direito à regra e, no caso, contemplar a verdadeira

conservação e manutenção da unidade penal, as de eletricitista, faxina, serralheria, fábricas de detergente, sabonete, pasta dental. Também há o trabalho em empresas conveniadas, como é o caso da Paraná Projetos.

<sup>84</sup> AZEVEDO, M. L. de; GOMES, M. T. U. *Remição da pena privativa de liberdade pelo estudo e formação profissional*. Disponível em: <<http://www.mp.pr.gov.br/institucional/publica/caderno11/penal.htm>>. Acesso em: 04/04/2002.

<sup>85</sup> Ibid.



individualização da pena na fase executória de modo a dar a cada condenado a oportunidade e os elementos necessários à sua reinserção social<sup>86</sup>.

O estudo é uma espécie de trabalho em que há uma dedicação do condenado para o aprimoramento intelectual, aperfeiçoa a personalidade humana e permite a sua reincorporação à comunidade, com a reabilitação diante de si mesmo e dos membros da sociedade e sobretudo abrevia sua condenação, não sendo possível, a exclusão da remição da pena àquele condenado que se dedica ao estudo na escola penitenciária, já que este também está exercendo uma atividade laborativa, em seu sentido amplo.

Além disso, não há que se negar a excelência da terapia do estudo para o encarcerado, que traz para ele novas alternativas de vida, melhor perspectiva de trabalho e maiores oportunidades de emprego, justamente o que dispõe o artigo 32 da lei de Execução Penal e é o escopo da Constituição da República.

---

<sup>86</sup> BRASIL. Juiz de Direito. Vara das Execuções Criminais, Corregedoria Permanente dos Presídios e da Polícia Judiciária da Comarca de Campinas. Processo n. 467.683. Juiz de Direito Paulo Eduardo de Almeida Sorci., 03/10/2000. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/boletins/boletim52000/jurisprudencia/execucao.htm> Acesso em: 20/06/2003.

## 6. CONCLUSÃO

Seria contra-senso o Juiz da Execução reconhecer a remição pela atividade desenvolvida pelo "faxina" e simplesmente ignorar o esforço do educando que também é uma atividade. Isso porque hodiernamente, "...obscuras ou claras, deficientes ou perfeitas, ambíguas ou isentas de controvérsia, todas as frases jurídicas aparecem aos modernos como suscetíveis de interpretação"<sup>87</sup> e não seria diferente com o vocábulo "trabalho".

O trabalho, em sua forma mais lata, é elemento de individualização da pena e o instituto da remição vem a atender não apenas aos condenados, mas igualmente aos interesses da sociedade. O ensino permite ao preso sua ocupação, evitando a ociosidade e conseqüente sensação de inutilidade que reina nos estabelecimentos de cumprimento de pena no Brasil. Desse modo, não é possível negar o estudo como uma das formas de remição penal.

A escolarização não se constitui em um privilégio para os condenados, mas uma saída para os problemas sociais e penitenciários existentes, já que a condenação não é significado de eliminação dos direitos fundamentais do homem.

É através da interpretação do ordenamento jurídico como um todo que obter-se-á a possibilidade da remição penal pelo estudo. Essa ampla atividade que é a exegese deve ser desenvolvida pelos magistrados e juristas em geral, libertando-se da mera literalidade da lei, a qual deve ser superada para que o Direito evolua e efetivamente proporcione as garantias previstas na Constituição da República. Sem a interpretação, haveria a redução do papel do magistrado à mera lógica-mecanicista, ou melhor, seria desnecessária a existência da figura do juiz.

O Direito é um campo aberto à interpretações que se darão dentro do marco (limite) de nossa cultura e valores sociais. Assim, a norma jurídica passa por um percurso gerador de sentido, cujas funções são a leitura, a interpretação e finalmente, a compreensão do texto. Todo esse sistema deve ser aplicado ao artigo 126 da Lei de

---

<sup>87</sup> MAXIMILIANO, op. cit., p. 35.

Execução Penal para que se atinja o significado mais propício aos direitos em questão, ou seja, da forma mais compatível com os anseios sociais.

Assim, o instituto da remição da pena deve ser acolhido da forma mais ampla por nossos tribunais, de acordo com a mais moderna política criminal adotada nos países democráticos e que se adéquem às necessidades do detento. A análise hermenêutica restritiva da remição da pena, além de estar em dissonância com essa orientação, só servirá para esvaziar o direito remicional, tornando-o um instituto de difícil aplicação, deixando de contribuir para uma solução efetiva do problema penitenciário e, ferindo o objetivo principal da execução penal.

O trabalho aceito, diversamente do trabalho imposto, dignifica o preso, constituindo-se em instrumento de sua humanização e liberação, bem como fator de promoção do homem e da própria sociedade; é nesse sentido que se aplica o instituto da remição da pena: a voluntariedade.

A educação dos condenados combinada com a vantagem da remição da pena, é uma solução simples, de baixo custo, mas inestimáveis frutos, já que pode substituir o trabalho que o Estado não oferece e, ao mesmo tempo, funcionar como verdadeiro mecanismo de transformação e esperança. Ainda, é um forte inibidor da reincidência, já que a baixa formação educacional é uma das razões da criminalidade.

Portanto, todo aquele que desenvolva alguma atividade manual ou intelectual, o trabalho *lato sensu*, e preencha os requisitos de cabimento, comprove tanto frequência como bom aproveitamento, faz jus à remição da pena.

Outra ponto relevante que se discutiu no presente trabalho é que a jurisprudência, ao tratar especificamente da remição da pena pelo estudo, afirma que é a analogia que deve ser aplicada ao caso, possibilitando a concessão do benefício. Entretanto, restou comprovado que não há lacuna legal quanto a esse direito, sendo o dispositivo suscetível de interpretação no contexto da Lei de Execução Penal e, essencialmente, da Constituição da República. Nesse sentido é que o Superior Tribunal de Justiça acertadamente decidiu o Recurso Especial interposto pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul.

A missão da ciência em que se constitui a Execução Penal é detectar as qualidades do cidadão que feriu valores da sociedade, propiciando o tratamento adequado para sua recuperação e para que desperte a consciência da reprovação de tal conduta não só no infrator, mas também em todos os membros da comunidade, de modo a manter a paz social. Essa missão, entretanto, só será atingida quando o país mudar sua estrutura penitenciária e adequar-se às políticas criminais que são bastante avançadas.

## BIBLIOGRAFIA

ALBERGARIA, J. *Das penas e da execução penal*. Belo Horizonte: Del Rey, 1992.

\_\_\_\_\_. *Manual de direito penitenciário* - Rio de Janeiro: Aide Ed., 1993.

ALVES, L. S; FIUZA, T. *Remição da pena pelo estudo*. Revista Jurídica Consulex, Brasília, nº 131, p. 62/63, 30 de jun. 2002.

ALVIM, R. C. M. *"Execução Penal: O Direito à Remição da Pena"*, in Revista dos Tribunais, nº 606, 1986.

AZEVEDO, M. L. de; GOMES, M. T. U. *Remição da pena privativa de liberdade pelo estudo e formação profissional*. Disponível em:  
<<http://www.mp.pr.gov.br/institucional/publica/caderno11/penal.htm>>. Acesso em: 04/04/2002.

AZEVEDO, P. F. de. *Crítica à Dogmática e Hermenêutica Jurídica* - Porto Alegre, RS: Sergio Antonio Fabris Editor, 1989.

BARROS, C. S. *A individualização da pena na execução penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

BECCARIA, C. B. *Dos delitos e das penas*. Tradução: J. Cretella Jr e A. Cretella. 2. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997. Tradução de: Dei delitti e delle pene.

BEDAQUE, J. R. dos S. *Poderes instrutórios do juiz*, 2. ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1994.

BITENCOURT, C. R. *Novas penas alternativas: análise político-criminal das alterações da Lei n. 9.719/98*. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

BRASIL. Juiz de Direito. Vara das Execuções Criminais, Corregedoria Permanente dos Presídios e da Polícia Judiciária da Comarca de Campinas. Processo n. 467.683. Juiz de Direito Paulo Eduardo de Almeida Sorci., 03/10/2000. Disponível em: [http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/boletins/boletim52000/jurisprudencia/execuc\\_ao.htm](http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/boletins/boletim52000/jurisprudencia/execuc_ao.htm) Acesso em: 20/06/2003.

CARRAZZA, R. A. *Curso de direito constitucional tributário*. 12. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 1999.

CARVALHO, S. *Crítica à Execução Penal - Doutrina, Jurisprudência e Projetos Legislativos*. Organizador: Salo de Carvalho. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2002.

CASTILHO, E. W. V. de. *Controle da legalidade na execução penal* - Porto Alegre: Fabris, 1988.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE EXECUÇÃO PENAL E PENAS ALTERNATIVAS. Parecer, Recurso de agravo N. 12.2567-6, 02/06/2002. Promotora de Justiça: Mônica Louise de Azevedo.

CHIES, L. A. B. *Remição pelo trabalho externo: a questão da prova num sistema de garantias e a resistência no mundo do trabalho precário*. In: Revista de Estudos Criminais 7, 2002.

COELHO, S. N.; SILVEIRA, D. P. da. *Execução penal: breves considerações sobre a remição da pena*. In: Justitia. São Paulo, jul./set. 1985.

DOTTI, R. A. *A reforma penal e penitenciária*. Livraria Ghignone Editora, [198-].

\_\_\_\_\_. *As novas dimensões na execução da pena*. Curitiba, 1975.

\_\_\_\_\_. *Bases e alternativas para o sistema de penas*. Tese de concurso para professor titular de direito penal da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1980.

FRAGOSO, H. *Direitos dos presos* / Heleno Fragoso, Yolanda Catão, Elisabeth Sussekind - Rio de Janeiro: Forense, 1980.

FUDOLI, R. A. *Remição pela instrução: um apanhado político-criminal, doutrinário e jurisprudencial*. Disponível em: [http://www.fesmpdft.org.br/revistas/20\\_06.pdf](http://www.fesmpdft.org.br/revistas/20_06.pdf) Acesso em: 03/04/2003.

GIANELLA, B. M. *"Remição da pena pela educação"*, in Boletim do IBCCrim, n. 96, 2000.

GRAU, E. R. *Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito*. São Paulo: Editora Malheiros.

Juízes para democracia, *"Educação para os presidiários"*, ano 05, nº 21, julho/setembro 2000. Disponível em: <http://www.ajd.org.br/jornal21.htm#chacina> Acesso em: 25/03/2003.

KUEHNE, M. *Lei de Execução Penal Anotada*, vol. II - parte especial, 3. ed. Editora Juruá.

LIMA, R. G.; PERALLES, U. *Teoria e Prática da execução penal: doutrina, formulários, jurisprudência, legislação*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

MAIA NETO, C. F. *Direitos humanos do preso: lei de execução penal, Lei nº 7.210/84* - Rio de Janeiro: Forense, 1998.

MARCÃO, R. F. *Lei de Execução Penal Anotada*. Editora Saraiva, 2001.

MAXIMILIANO, C. *Hermenêutica e aplicação do direito*. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1999.

MEDEIROS, A. C. *A remição da pena pelo estudo*. Disponível em: <http://www.amp.com.br/Jur%Eddicos/Teses/Tese%20congresso%20.%20Dra.%20Ana%20C%20Medeiros.doc> Acesso em: 05/06/2003.

MIRABETE, J. F. *Execução penal: comentários à lei nº 7.210/84*. Editora Atlas.

OLIVEIRA, J. B. *A execução penal: uma realidade jurídica, social e humana*. São Paulo: Editora Atlas, 1990.

PADUANI, C.C. *Da remição na lei de execução penal*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

PASSOS, J. O. B. dos. *Educação como meio de ressocialização do condenado à pena privativa de liberdade*. Pelotas: Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2000.

RAMOS, J. G. G. *Textos selecionados: A inconstitucionalidade do "Direito Penal do Terror"*. Curitiba: Juruá, 1991.

REALE, M. *Lições preliminares de direito*. 20. ed., São Paulo: Saraiva, 1993.

ROSA, A. J. M. F. *Execução Penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

SANTOS, P. F. dos. *Aspectos Práticos de Execução Penal*. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 1998.

SHECAIRA, S. S.; CÔRREA JR., A. *Teoria da pena: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos da ciência criminal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

STRECK, L. *Hermenêutica jurídica e(m) crise*. Ed. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 2000.

## **ANEXO 1 - DECISÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SOBRE A REMIÇÃO DA PENA PELO ESTUDO**

RECURSO ESPECIAL Nº 445.942 - RS (2002/0084624-8)

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO GILSON DIPP (Relator) :

Adoto, como relatório, a parte expositiva do parecer ministerial de fls. 65/72, *in verbis*:

*"1. Cuida-se de Recurso Especial (fls. 31/41) consubstanciado no art. 105, inciso III, alínea a, da Carta Magna, interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, em face do v. acórdão (fls. 23/28) proferido pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do mesmo Estado que, à unanimidade de votos, negou provimento ao Agravo em Execução de fls. 02/06.*

*2. JORGE ANTÔNIO RODRIGUES fora denunciado e condenado, pela prática de homicídio qualificado, ao cumprimento de 16 (dezesseis) anos de reclusão no regime fechado. Em sua execução, formulou-se pedido de remição da pena por meio do estudo – Curso de Alfabetização -, o que restou deferido pelo MM. Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de Soledade, no Estado do Rio Grande do Sul, nos seguintes termos, verbis: 'Embora o artigo 126 da Lei de Execução Penal diga expressamente que o trabalho servirá para remir o tempo de execução da pena, não há como negar que o estudo serve como estímulo para ressocialização do apenado, que, em tese, retomará à sociedade mais adaptado ao seu convívio.*

*Por outro lado, a frequência a aulas, no Presídio, evidentemente tem mais condições de ressocializar um apenado do que qualquer atividade braçal.*

*Entretanto, tenho que para a remição é indispensável a aferição do aproveitamento do preso-aluno para atender o objetivo de ressocializar.*

*ISSO POSTO, defiro a remição requerida pelo apenado JORGE ANTÔNIO RODRIGUES, à razão de uma dia de pena para seis de trabalho, em analogia ao artigo, 126 da LEP, mediante a comprovação do aproveitamento do aluno-presos.' (fls. 12)*

*3. Inconformado, interpôs o Ministério Público estadual Agravo em Execução, ao argumento de que tal decisum estaria a carecer de suporte legal, tendo em vista que o caput do artigo 126 da LEP 'não prevê a concessão de remição a condenado que frequenta aulas de alfabetização' (fl. 04), sendo que tal benefício 'consiste justamente no resgate ou possibilidade de o preso abater, através do trabalho, parte de sua pena, tomando-se assim útil a si mesmo e à sociedade' (fl. 05).*

*4. A Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, à unanimidade de votos, negou provimento ao agravo, dando ensejo ao presente Recurso Especial, interposto pelo Ministério Público do mesmo Estado, com fulcro no art. 105, inciso III, letra a, da Constituição Federal, onde se alega contrariedade ao disposto no art. 126, caput, da Lei n.º 7.210/84 (LEP).*

*5. Contra-razões às fls. 43/45.*

A d. Subprocuradoria-Geral da República opinou pelo conhecimento da ordem e, no mérito, pelo seu improvimento (fl. 72).

É o relatório.

Em mesa para julgamento.



RECURSO ESPECIAL Nº 445.942 - RS (2002/0084624-8)

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO GILSON DIPP (Relator) :

Trata-se de recurso especial interposto pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, com fulcro na alínea “a” do permissivo constitucional, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que negou provimento ao recurso de agravo em execução interposto pelo *Parquet*, contra decisão que concedeu remição pelos dias de estudo, em analogia ao art. 126 da Lei de Execução Penal.

Consta dos autos que o recorrido, JORGE ANTÔNIO RODRIGUES, foi condenado a 16 anos de reclusão pela prática de homicídio qualificado.

Tendo freqüentado curso de alfabetização durante o cumprimento de sua pena, o condenado requereu a remição de sua pena pelos dias de estudo, tendo a Juíza de Direito da 3ª Vara de Soledade-RS, em analogia ao artigo 126 da LEP, deferido o pedido, sob o entendimento de que a freqüência a aulas tem mais condições de ressocializar o apenado do qualquer atividade braçal.

Inconformado, o Ministério Público interpôs recurso de agravo contra tal decisão, alegando que a remição só é possível através do trabalho.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul negou provimento ao agravo, mantendo a decisão agravada, sob o entendimento de que é cabível uma interpretação extensiva da expressão “trabalho”.

Daí o presente recurso especial, em que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul aponta ofensa ao art. 126, *caput*, da Lei 7.210/84, sustentando que deve prevalecer a vontade do legislador que conferiu remição somente pelo trabalho.

Foram apresentadas contra-razões (fls. 43/55).

O recurso foi admitido (fls. 57/58) e a douta Subprocuradoria-Geral da República opinou pelo seu desprovimento.

O recurso, de fato, não merece acolhimento.

O *caput* do artigo 126 da Lei 7.210/84 assim dispõe:

*Art 126 - O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena.*

Como se vê, a Lei de Execuções Penais previu a remição como maneira de abreviar, pelo trabalho, parte do tempo da condenação.

*In casu*, o Juízo de 1º grau, ao conceder o benefício ao recorrido, que, no decorrer do cumprimento de sua pena, ao invés de trabalhar, freqüentava aulas de alfabetização, levou em consideração o fato de que “o estudo serve como estímulo para ressocialização do apenado, que, em tese, retornará à sociedade mais adaptado ao seu convívio”, em uma interpretação analógica do vocábulo “trabalho” inscrito no artigo supracitado.

Essa interpretação extensiva ou analógica, longe de afrontar o art. 126 da LEP, lhe deu, antes, correta aplicação, considerando-se a necessidade de se ampliar, no presente caso, o sentido ou alcance da lei, para abarcar o estudo dentro do conceito de trabalho, uma vez que a atividade estudantil, tanto ou mais que a própria atividade laborativa, se adequa perfeitamente à finalidade do instituto, que é a readaptação e ressocialização do condenado.

É que, sendo um dos objetivos da lei, ao instituir a remição, incentivar o bom comportamento do sentenciado e a sua readaptação ao convívio social, a interpretação extensiva se impõe no presente caso, se considerarmos que a educação formal é a mais eficaz forma de integração do indivíduo à sociedade.

A douta Subprocuradoria-Geral da República, a propósito, elucida, de forma clara, a controvérsia. É o que se extrai dos seguintes trechos do parecer, cujas assertivas adoto como fundamentos de decidir, *verbis*:

*“O tema em questão, muito embora sui generis e controverso, é de fácil compreensão e solução.*

*Inicialmente, há que se frisar que o Órgão julgador, em casos tais, deve trabalhar com a hermenêutica, realizando, consoante lição do Professor E. Magalhães Noronha, 'o processo lógico que procura estabelecer a vontade contida na norma jurídica', sendo que em tal processo utilizam-se os métodos gramatical ou literal, lógico e teleológico. Em qualquer caso, deve-se procurar fixar, num primeiro momento, o sentido das palavras ou expressões empregadas pelo legislador, examinando-se a letra da lei em sua função gramatical, ou seja, quanto ao seu significado no vernáculo.*

*Assim, há que se atentar para a sutil diferença entre os significados de trabalho e estudo, tendo em vista, inclusive, o fato de se confundirem, entre si, ambos os conceitos.*

*Consoante o Dicionário Houaiss, 'estudo' pode ser definido como:*

*'(...)*

*4. trabalho, projeto que precede a execução de uma obra artística ou científica (...);*

*(...)*

*ETIM lat. Studium, 'trabalho, cuidado, zelo; vontade, desejo; favor, benevolência, ação de estudar; ocupação, profissão; doutrina, seita, escola; sala, gabinete de estudo; colégio, corporação'.* (grifamos)

*Vê-se, portanto, que, sob tal ótica, o 'estudo' nada mais é do que uma forma de trabalho intelectual, visão essa corroborada pelo Professor Júlio Fabbrini Mirabete, quando afirma, no que se refere aos beneficiários da remição da pena, que 'não distingue a lei quanto à natureza do trabalho desenvolvido pelo condenado. Assim, a remição é obtida pelo trabalho interno ou externo, manual ou intelectual' (grifamos).*

*Ademais, a remição pelo estudo, longe de ser inibida, deve ser vista como uma prática a ser defendida, difundida e tida como exemplo a ser seguido em todos os âmbitos do Direito Penal. Isso porque, nos casos como o presente, em que existe a possibilidade de um detento estudar, ser alfabetizado, em lugar de estar exercendo um trabalho braçal, suas chances de ser ressocializado são infinitamente maiores, tendo em vista que a cultura de nosso país – a exemplo do resto do mundo – supervaloriza os conhecimentos intelectuais em detrimento de qualquer outra atividade em que não seja necessário, sequer, o simples ato de leitura.*

*(...)*

*Como se depreende do acima transcrito, o Egrégio Tribunal a quo coaduna com a idéia de que se deve possibilitar ao condenado sua garantia à dignidade humana, sobretudo por meio da educação, não se justificando qualquer óbice a que esse detento atinja uma dupla conquista: o aprendizado e a abreviação de seu tempo no cárcere.*

*Por fim, além da conclusão aprovada no I Encontro de Juízes de Execução Penal com jurisdição sobre presídios, realizado no município de Santa Maria – RS - , no ano de 1994 (contra-razões – fls. 50), há outros exemplos que atendem aos objetivos traçados pelo art. 1º, da Lei n.º 7.210/84, o qual busca a integração social do condenado por meio da instrução e da formação profissional. São eles:*

*a) a II Conferência de Conselhos Penitenciários, que em sua 'Carta Fortaleza' dispôs, no item n.º 14, 'recomendar a imediata aprovação do projeto legislativo que amplia a remissão (sic) da pena, também pelo estudo'; e*

*b) o I Encontro Nacional de Execução Penal, de cuja 'Carta Brasília' merece destaque o item n.º 11 – 'Recomendar a ampliação do instituto da remição para abranger trabalho artístico e atividades educacionais'.*

*Destarte, pode-se concluir que a Política Criminal vem se direcionando firmemente no sentido de permitir a remição pela instrução, devendo os operadores do Direito – membros do Ministério Público e Magistrados, em especial – passar a ampliar, cada vez mais, o sentido da norma, a fim de que essa possa atingir as atividades educacionais que estejam ao alcance dos sentenciados às penas a serem cumpridas nos regimes fechado e semi-aberto.” (fls. 67/72)*

*Desta forma, a decisão recorrida mantém-se por seus próprios fundamentos.*

*Ante o exposto, nego provimento ao recurso.*

*É como voto.*

**ANEXO 2 - DOCUMENTOS QUE DEVEM INSTRUIR O PEDIDO DE REMIÇÃO DA PENA PELO ESTUDO: DECLARAÇÃO DE ESTUDO, FICHA DE FREQUÊNCIA, ATESTADO DE PERMANÊNCIA E COMPORTAMENTO CARCERÁRIO E OUTROS DADOS GERAIS<sup>88</sup>**

---

<sup>88</sup> Fotocópias obtidas dos autos de recurso de agravo n. 208483-5 da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Alçada do Paraná. Agravante: Ministério Público do Estado do Paraná. Agravado: Álvaro José da Silva. Recurso provido.



## ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA  
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE LONDRINA  
DIPROM-DIVISÃO DE PRONTUÁRIO E MOVIMENTAÇÃO

### DECLARAÇÃO DE ESTUDO N.º 005/02

CAD: 875.764

PRONTUÁRIO N.º 61.006

INTERNO: ALVARO JOSE DA SILVA

FILIAÇÃO: Lazaro José da Silva e de Lucia Maria da Silva

CURSO	PERIODO	HORAS/AULA	CONCEITO
1º GRAU	03.10.01 a 04.12.01	180 horas	ÓTIMO
XXXXX	XXXXX	XXXX	XXX
			XXX
CONCEITOS: R (2,6 a 5,0) B (5,1 a 7,5) O (7,6 A 10,0)			

OBSERVAÇÃO:

TOTAL HORAS/AULAS = 180 HS

P.E.L., 10 de ABRIL de 2002.

Jussara F. Lustoza Fedato

Assin: Diretora - NAES  
Resolução 3069/01

Elaborado por NAES

Assin:

Edilson Lima da Silva  
Chefe da Div. de Prontuários e Movimentação  
PEL/DIPROM

Emitido por DIPROM

RAIMUNDO HIROSHI KITANISHI  
DIRETOR

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA  
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE LONDRINA  
DIPRON - DIVISÃO DE PRONTUÁRIO E MOVIMENTAÇÃO



DECLARAÇÃO DE ESTUDO Nº. <sup>05/02</sup>~~03/02~~

CAD: 75764 PRONTUÁRIO Nº. 61.006

INTERNO: ÁLVARO JOSÉ DA SILVA  
FILIAÇÃO: LÁZARO JOSÉ DA SILVA  
LÚCIA MARIA DA SILVA

CURSO	PERÍODO	HORAS/AULA	CONCEITO
1º. GRAU	03.10.01 A		
	04.12.01	180 HS	ÓTIMO
CONCEITOS: R (2,6 a 5,0) B (5,1 a 7,5) O (7,6 a 10,0)			
TOTAL HORAS: 180 HS			

Londrina, 20 DE MARÇO DE 2.002

Elaborado por NAES

Emitido por DIPROM

Assin: Jussara E. Custora Fedato

Directora - NAES  
Resolução 706/01

Assin: Álvaro José da Silva

Álvaro José da Silva  
Chefe da Div. de Prontuário e Movimentação  
DIP/DIPROM

Raimundo Hirata Kitanishi  
DIRETOR

**Secretaria do Estado da Justiça e da Cidadania**  
**Secretaria de Estado da Educação**  
**PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE LONDRINA**



DECLARAÇÃO DE ESTUDO Nº. 03/2002

CAD:

NOME: ÁLVARO JOSÉ DA SILVA

FILIAÇÃO: LAZARO JOSÉ DA SILVA

LÚCIA MARIA DA SILVA

NASCIMENTO: 09.06.51

CIDADE: ABATIÁ

UF: PR

Conforme Ofício Nº 03/200 - GB de 10/03/2000 da VEP, pode ser deferida a Remição de Pena pelo Estudo. Revendo os assentamentos escolares verificamos que o mesmo estudou neste Estabelecimento de Ensino no(s) período(s) abaixo especificado(s):

CURSO	PERÍODO		HORAS AULA	CONCEITO		
	de	a		R	B	O
1º. GRAU	03.10.01	04.12.01	180 HS			X

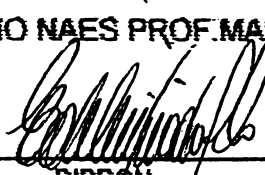
TOTAL DE HORAS : 180 HS

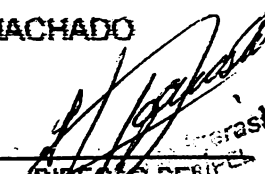
Londrina, 20 de MARÇO de 2002.

Conceitos: R (2,6 a 5,0) B (5,1 a 7,5) O (7,6 a 10,0)

OBS: O INTERNO CONCLUIU 1ª/4ª E 5ª/8ª NO NAES PROF. MANOEL MACHADO

  
DIREÇÃO DO NAES  
Jussara F. Custosa Fedato  
Diretora - NAES  
Resolução 3069/01

  
DIPROM  
Edilson Lima da Silva  
Chefe da Div. de Contratos e Movimentação  
PEL/DIPROM

  
DIREÇÃO PENITEN-  
Jovane  
VICE-DIRETOR

**Naes-Professor Manoel Machado**  
**Ficha de Avaliação / Desempenho**



CAD:

Nº DE MATR.: 748

NOME : ÁLVARO JOSÉ DA SILVA

FILIAÇÃO: LÁZARO JOSÉ DA SILVA E LÚCIA MARIA DA SILVA

DATA DE NASCIMENTO: 09.06.51

Cidade: ABATIA

UF : PR

MATRICULA: 02.10.01

Rematricula: 22.10.01

Ensino: 1º. Gra

	Alfabetização	Módulos																Concluiu
		1º/4º	5º/8º	2º G	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	
Disciplinas	Português	X	X															X
	Matemática	X	X															X
	Est. da Soc. e Natureza	X																X
	Ciências		X															X
	História		X															X
	Geografia		X															X
	Ed. Artística		X															X
	Ed. Física		O															X
	Inglês		X															X
	Física																	
	Química																	
	Biologia																	

Parecer do(s) Professor(es):

a) Aspectos Comportamentais:

\_\_\_\_\_

b) Aspectos Pedagógicos:

\_\_\_\_\_

c) Frequência:

\_\_\_\_\_

OBS: O ALUNO CONCLUIU 1º. A 4º. E 5º. A 8º. NO NAES PROF. MANOEL MACHADO

Londrina, 20 de MARÇO de 2002

Professores(Nome por extenso)

*Álvaro José da Silva*  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

*Edilaine Vagula Bonatti*  
\_\_\_\_\_  
Supervisão



# FORMA DE FREQUENCIA



ALUNO: ALVARO JOSE DA SILVA

FILIAÇÃO: LAZARO JOSE DA SILVA E LUCIA MARIA DA SILVA

MATRICULADO : 1º. GRAU \_\_\_\_\_ DESTE ESTABELECIMENTO DE ENSINO

NASCIMENTO: 09.06.51 LOCAL NASCITO: ABATIÁ UF: PR

ESTABELECIMENTO SOB O NÚMERO DE INSCRIÇÃO: 748

PERÍODO: DE 03.10.01 A 29.11.01

MÊS/ANO: 10/01				MÊS/ANO: 11/01			
DIA		VESPERTINO	TOTAL	DIA	MATUTINO	VESPERTINO	TOTAL
1				1		X	3,0
2				2			
3	X		3,0	3	SABADO		
4	X	X	6,0	4	DOMINGO		
5	X	X	6,0	5		X	3,0
6	SABADO			6	X	X	6,0
7	DOMINGO			7		X	3,0
8	X	X	6,0	8	X	X	6,0
9	X	X	6,0	9			
10	X	X	6,0	10	SABADO		
11				11	DOMINGO		
12				12	X	X	6,0
13	SABADO			13		X	3,0
14	DOMINGO			14	X		3,0
15				15			
16	X	X	6,0	16			
17	X	X	6,0	17	SABADO		
18	X	X	6,0	18	DOMINGO		
19	X	X	6,0	19	X	X	6,0
20	SABADO			20	X		3,0
21	DOMINGO			21	X	X	6,0
22	X	X	6,0	22	X	X	6,0
23	X	X	6,0	23	X	X	6,0
24	X	X	6,0	24	SABADO		
25	X	X	6,0	25	DOMINGO		
26	X	X	6,0	26		X	3,0
27	SABADO			27			
28	DOMINGO			28	X	X	6,0
29	X	X	6,0	29		X	3,0
30	X	X	6,0	30			
31	X	X	6,0	31			
TOTAL DO MÊS			105,0	TOTAL DO MÊS			72,0

TOTAL DE HORAS DO PERÍODO 177,0

Londrina, 20 de MARÇO de 2002.

Edilaine Vagula Borutti  
Assinatura da Supervisão

João B. Silva  
Assinatura do(a) Professor(a)

# FICHA DE FREQUÊNCIA



ALUNO: ALVARO JOSÉ DA SILVA

FILIAÇÃO: LÁZARO JOSÉ DA SILVA E LÚCIA MARIA DA SILVA

MATRICULADO : 1ª. GRAU \_\_\_\_\_ DESTE ESTABELECIMENTO DE ENSINO

NASCIMENTO: 09. 06. 51

LOCAL NASCITO: ABATIA

UF: PR

ESTABELECIMENTO SOB O NÚMERO DE INSCRIÇÃO: 748

PERÍODO: DE 04/12/01

MÊS / ANO: 12/01				MÊS/ANO:			
DIA		VESPERTINO	TOTAL	DIA	MATUTINO	VESPERTINO	TOTAL
1				1			
2				2			
3				3			
4	X		3,0	4			
5				5			
6				6			
7				7			
8				8			
9				9			
10				10			
11				11			
12				12			
13				13			
14				14			
15				15			
16				16			
17				17			
18				18			
19				19			
20				20			
21				21			
22				22			
23				23			
24				24			
25				25			
26				26			
27				27			
28				28			
29				29			
30				30			
31				31			
TOTAL DO MÊS			3,0	TOTAL DO MÊS			

TOTAL DE HORAS DO PERÍODO 3,0

Londrina, 20 de MARÇO de 2002.

*Edlaire Vaguelo Bonetto*

Assinatura da Supervisão

*[Signature]*

Assinatura do(a) Professor(a)



PRONTUARIO: 61.006

SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANCA PUBLICA - SESP  
DEPARTAMENTO PENITENCIARIO DO PARANA - DEPEN  
SISTEMA DE INFORMACOES PENITENCIARIAS-SPR  
DADOS GERAIS

PAG.: 1  
DATA: 16/04/02  
HORA: 13:08



NUMERO PRONTUARIO: 61.006 CADASTRO VEP: 75765 UNIDADE: PEL  
NOME: ALVARO JOSE DA SILVA  
FILIAÇÃO: LAZARO JOSE DA SILVA  
LUCIA MARIA DA SILVA

DATA DE NASCIMENTO.: 09/06/1951 NACIONALIDADE: BRASILEIRA  
NATURALIDADE.....: ABATIA UF: PR  
PROFISSAO.....: PEDREIRO  
RELIGIAO.....: PROTESTANTE  
RESIDENCIA.....: RUA GUAICURUS NUMERO: 816  
COMPLEMENTO.....: CASA BAIRRO: VILA AMERICANA  
MUNICIPIO.....: ANDIRA UF: PR  
INSTRUCAO.....: 1. GRAU INCOMPLETO  
ALUNHA.....: MATO GROSSO  
PROCEDENCIA.....: BARRA DO JACARE UF: PR  
ESTADO CIVIL.....: AMASIADO SEXO: MASCULINO  
SITUACAO PROCESSUAL: CONDENADO REINCIDENTE  
SITUACAO PRISIONAL.: PRESO

PRONTUARIO INFORMADO NAO TEM CARTA DE GUIA CADASTRADA

DATA DA PRISAO.: 29/01/2000 TERMINO DA PENA: 00/00/0000  
REENTRADA NO SISTEMA: 00/00/0000 DATA FALECIMENTO: 00/00/0000  
ENTRADA NESTA UNIDADE: 00/00/0000

PRONTUARIO: 61.906

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA - SESP  
SISTEMA DE INFORMACOES PENITENCIARIAS-SPR

PROG: SPRRPLG8  
PAG.: 2  
DATA: 16/04/02  
HORA: 13:08



ANOTACOES GERAIS OCORRENCIAS

ENTRADA NO SISTEMA

DATA OCC. 30/08/2001

UNIDADE PEL

TESTADO

RECEBIDA AFCC DA DEPOL DE ANDARA, REFERENTE AO PERIODO DE  
29.01.00 A 19.07.01, CONSTANDO COMPORTAMENTO CARCEPARIO RE-  
GULAR.

DATA DIL. 05/09/2001

UNIDADE PEL

4

PRONTUARIO: 61.006

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA - SESP  
DEPARTAMENTO PENITENCIARIO DO PARANA - DEPEN  
SISTEMA DE INFORMACOES PENITENCIARIAS-SPR

PROG: SPRRPLG9  
PAG.: 3  
DATA: 16/04/02  
HORA: 13:08



IDENTIFICACAO FISICA E DACTILOSCOPICA

NUMERO PRONTUARIO: 61.006 CADASTRO VEP: 75765 UNIDADE: PEL  
NOME.....: ALVARO JOSE DA SILVA  
FILIAÇÃO.....: LAZARO JOSE DA SILVA  
LUCIA MARIA DA SILVA

INDIVIDUAL DACTILOSCOPICA: EIV 3C 3IV 4BCD2C V 4 2 2 2  
DATA DE IDENTIFICACAO.....: 31/08/2001  
NOME DO IDENTIFICADOR.....: ANGELA.KASPROVI

CUTIS.....: BRANCA	BOCA...: GRANDE
ROSTO.....: ACHATADO	LABIOS.: FINOS
CABELO.....: GRISALHOS ONDULADOS	BIGODE.: RASPADO
TESTA.....: CURTA	BARBA..: RASPADA
SOLANDELHAS: SEPARADAS GROSSAS	PESCOCO: FINO COMPRIDO
COMPLEICAO...: MEDIO	OLHOS...: CASTANHOS REDONDOS
ALTURA.....: 1,70	PESO...: 68,0
NARIZ.....: ACHATADO	ORELHAS: NORMAIS ABERTAS

CICATRIZES.....: BRACO DIREITO BRACO ESQUERDO  
TROCEN (FRENTE) PERNA ESQUERDA  
AMPUTACOES.....:

PECULIARIDADES:

TATUAGENS.....: BRACO DIREITO BRACO ESQUERDO  
PERNA ESQUERDA TRONCO (FRENTE)

PRONTUARIO: 61.006

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA - SESP  
DEPARTAMENTO PENITENCIARIO DO PARANA - DEPEN  
SISTEMA DE INFORMACOES PENITENCIARIAS-SPR

AVALIACAO JURIDICO PENAL

PROG: SPRRPLGA

PAG.: 4

DATA: 16/04/02

HORA: 13:08



NUMERO PRONTUARIO: 61.006 CADASTRO VEP: 75765

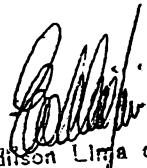
UNIDADE: PEL

NOME.....: ALVARO JOSE DA SILVA

FILIAÇÃO.....: LAZARO JOSE DA SILVA

LUCIA MARIA DA SILVA

SITUACAO PROCESSUAL: CONDENADO, REINCENTE  
PRONTUARIO INFORMADO NAO TEM CARTA DE GUIA CADASTRADA

  
Edison Lima da Silva  
Chefe da Div. de Prontuários e Movimentação  
PEL/DIPROM

**ANEXO 3 - CÓPIA DE FICHA DE AVALIAÇÃO E DE FREQUÊNCIA DE INTERNO DA PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO<sup>89</sup>**

---

<sup>89</sup> Para preservar a identidade do interno, o próprio departamento penitenciário que forneceu o material ocultou o nome do aluno. Os documentos ora juntados demonstram as notas e a frequência bem como algumas das disciplinas cursadas pelos detentos: Ciências, Geografia e Inglês.



# FICHA INDIVIDUAL DE AVALIAÇÃO E ORIENTAÇÃO

OBSERVAÇÕES

Quimper le 6 de Novembre de 1821

[illegible]

PC  
100

2012

NOME	MÓDULO	DISCIPLINA		ENTRADA		NÚMERO		AVALIAÇÃO								1ª RECUPERAÇÃO						2ª RECUPERAÇÃO						3ª RECUPERAÇÃO						RUBRICA DO ALUNO	
										NA		TC		DATA		M		RUBRICA DO PROF.		NA		TC		DATA		M		RUBRICA DO PROF.							
1		8	8	NA	TC	DATA	M	RUBRICA DO PROF.	COD	NA	TC	DATA	M	RUBRICA DO PROF.	NA	TC	DATA	M	RUBRICA DO PROF.	NA	TC	DATA	M	RUBRICA DO PROF.	NA	TC	DATA	M	RUBRICA DO PROF.	RUBRICA DO ALUNO					
2		20	64	20	84	21/02	84	64		20																									
3		20	80	20	90	21/02	90	80		20																									
4		20	80	20	90	21/02	90	80		20																									
5		20	80	20	90	21/02	90	80		20																									
6																																			
7																																			
8																																			
9																																			
10																																			
11																																			
12																																			
13																																			
14																																			
15																																			
16																																			
17																																			
18																																			
19																																			
20																																			
NA - NOTA DAS ATIVIDADES		TQ - TESTE DE CONHECIMENTO		M - MÉDIA		DA - DATA		NA - TC		MF - MÉDIA FINAL DA DISCIPLINA		DATA DE CONCLUSÃO		MF		9.3		11																	

## CSEFVACÕES

**DE 14-8520**

CLASIFICACION  
MATERIAL

26. June

ppe - 1

ESTABELECIMENTO DE ENSINO:  
FICHA INDIVIDUAL DE AVALIAÇÃO E ORIENTAÇÃO

NOME		DISCIPLINA		ENSINO		NÚMERO											
1		Inglês		F. M		85											
MÓDULO		AVALIAÇÃO		1ª RECUPERAÇÃO		2ª RECUPERAÇÃO		3ª RECUPERAÇÃO									
		NA	TC	DATA	M	RUBRICA DO PROF.	NA	TC	DATA	M	RUBRICA DO PROF.	NA	TC	DATA	M	RUBRICA DO ALUNO	
1		2,0	8,0	22/4	12,0	M											
2		2,0	4,0	20/5	6,0	M											
3		3,0	4,0	10/6	10,0	M											
4		2,0	4,0	1/7	8,7	M											
5																	
6																	
7																	
8																	
9																	
10																	
11																	
12																	
13																	
14																	
15																	
16																	
17																	
18																	
19																	
20																	
NA = NOTA DAS ATIVIDADES		TC = TESTE DE CONHECIMENTO		M = MÉDIA = NA + TC		M = MÉDIA = NA + TC		DATA DE CONCLUSÃO		MF		MF		MF		MF	
								11/13		25		25		25		25	

OBSERVAÇÕES

Caritiba 01 DE 07 DE 03

DELA-SEED

MATRÍCULA  
YOMMEPC

10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20

JULIO 1968

Assinatura

## FREQÜÊNCIA MENSAL

DISCIPLINA:

TURNO:

ENSINO:

PROFESSOR:

UNIDADE:

ANO: 2002

MES	Jan	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
DIAS	25	04 11 18 25	01 08 15 22 29	06 13 20 27	03 10 17 24	01 08 15 22
1	C	C C C C	C C C C C	F C C C	C C C C	C C F F
2	F	C C F C	F F F F F	F F F F	F F F F	F F F F
3	C	C C F F	F F F F F	F F F F	F F F F	F F F F
4	C	C C F F	F F F F F	F F F F	F F F F	F F F F
5	F	C C C C	F F C C F	F F F F	C C C C	C C A A
6	F	C C C C	F F F F F	F F F F	F F F F	F F S S
7	C	C C F C	F F F F F	F F F F	F F F F	F F F F
8	F	C C C F	F F F F F	F F F F	F F F F	F F F F
9	F	C C F F	F F F F F	F F F F	F F F F	F F F F
10	F	C C C C	C F F C F	C F F C	F F F F	C C C C
11	C	C F F F	F F F F F	F F F F	F F F F	F F F F
12	F	C C C C	C C C C C	C C C C	F F F F	F F F F
13	C	C C C C	C F F F F	F F F F	F F F F	F F F F
14	C	C C C C	C F F F F	F F F F	F F F F	F F F F
15	C	C F F C	C F F F F	F F F F	F F F F	F F F F
16	C	C C C C	C C C C F	C F F F	F F F F	F F F F
17	C	C C C C	C C F C C	C C C C	C C C C	C C C C
18	C	F C C C	F C F C C	C C A C	C C C C	C C C C
19	C	F C C C	C C C C F	C F F C	C C C C	C C C C
20	F	F C C F	F C C C F	F F F C	C C C C	C C C C
21	C	C C C F	C C C F F	C F F C	C C C C	C C C C
22		C C	C C C C C	C F F C	C C C C	C C C C
23		C C	C C C C C	C C F C	C C C C	C C C C
24						
25						
26						
27						
28						
29						
30						
31						
32						
33						
34						
35						
36						
37						
38						
39						
40						
41						
42						
43						
44						
45						

Assinatura do Professor:

Assinatura da Coordenação: